

Festa junina volta mais cara; veja os 34 vilões deste ano

Nem o retorno das tradicionais festas juninas, após dois anos de pandemia de Covid-19, escapa da disparada da inflação no país. O motivo é a alta dos preços de alimentos usados no preparo de receitas típicas dos arraiaís.

Em uma cesta com 35 alimentos e bebidas medidos pelo IPCA-15 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15), 34 ficaram mais caros no acumulado de 12 meses até maio.

O tomate, que pode ser aproveitado em lanches como o cachorro-quente, teve a maior disparada no período: 80,48%.

Açúcar refinado (36,28%), açúcar cristal (34,70%), óleo de soja (33,80%), mandioca (31,26%) e cebola (30,34%), ingredientes de receitas diversas, vêm na sequência.

Leite longa vida (28,04%), farinha de tri-

go (25,39%), fubá de milho (24,67%), maçã (24,28%) e maionese (23,98%) tampouco escaparam da alta.

Outros alimentos associados ao cardápio do período festivo, como milho em grão (23,55%) e bolo (18,49%), também avançaram.

A carestia ainda alcançou bebidas consumidas nas festas. O refrigerante e a água mineral subiram 11,70%, enquanto a cerveja aumentou 9,11%, de acordo com o IPCA-15.

Da amostra com 35 produtos analisados, o arroz (usado no preparo do arroz-doce) foi o único que registrou queda em 12 meses. O alimento recuou 10,80% até maio, após ter disparado na fase inicial da pandemia.

O IPCA-15, divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), subiu 12,20% em termos gerais no mesmo período.

Segundo analistas, o con-

sumidor tende a encontrar pratos juninos mais caros devido a uma combinação de fatores neste ano.

Um deles é a alta dos custos de produção de alimentos, desde o campo até as cidades. Insumos passaram a custar mais na pandemia, e o gasto com o transporte da comida subiu em meio à disparada dos combustíveis no Brasil.

O clima também pressionou parte dos preços nos últimos meses, já que fenômenos extremos danificaram plantações. Houve seca no Sul, além de fortes chuvas no Sudeste e no Nordeste. Com a oferta reduzida, parte dos preços aumentou.

Por fim, commodities agrícolas, incluindo milho, soja e trigo, tiveram valorização no mercado internacional, o que contribuiu para as pressões ao longo das cadeias produtivas.

Leonardo Vicceli/Folhapress



Economia



Mercado financeiro prevê inflação em 9% neste ano

Página - 03

Política

Lula cancela atividades da pré-campanha após contrair Covid

Página - 04

Bolsonaro promete inflar Esplanada com mais três ministérios caso reeleito

Página - 04

Governo estuda usar R\$ 20 bi da União para estados zerarem ICMS de diesel e gás

Página - 03



Negócios

Google é condenado a indenizar político australiano por vídeos difamatórios no YouTube Pág - 12

Solid Power quer enviar primeiras amostras de bateria de estado sólido para BMW, Ford neste ano

Pág - 12



No Mundo

Rússia volta a atacar Kiev após um mês, e Putin ameaça multiplicar alvos



Mísseis da Rússia disparados do mar Cáspio atingiram a cidade de Kiev, naquele que é o primeiro ataque à capital da Ucrânia em cerca de um mês, relataram autoridades locais.

O ataque teria atingido uma instalação de reparo de vagões de trens, e pelo menos uma pessoa ficou ferida, mas nenhuma morte foi relatada, informou o prefeito Vitali Klitschko. O Ministério da Defesa russo, por sua vez, alega que seus mísseis destruíram tanques T-72 e veículos blindados fornecidos ao país por vizinhos do Leste Europeu.

O diretor da estrutura ferroviária ucraniana, Oleksandr Kamichin, confirmou que quatro mísseis atingiram a instalação de reparo de vagões de Darnitsia, na porção leste da capital, mas negou que houvesse qualquer equipamento militar no local. “O alvo russo é a economia e a população civil”, disse -o que Moscou nega.

Leonid, 63, um morador que trabalha em um dos locais atingidos e falou à agência de notícias AFP, afirmou que presenciou três ou quatro explosões e que, ali, não havia nenhum material militar armazenado. “Ainda assim, eles têm bombardeado qual-

quer lugar”, disse, em referência aos russos.

O episódio levou o governo a reiterar o pedido de sanções. Mikhailo Podoliak, negociador ucraniano e conselheiro do presidente Volodimir Zelenski, disse que os ataques de mísseis a Kiev têm apenas um objetivo: “matar tantos ucranianos quanto for possível”.

E voltou a destinar críticas indiretas ao presidente recém-reeleito da França, Emmanuel Macron. “Enquanto alguns pedem para que não humilhemos os russos, o Kremlin recorre a novos ataques”, afirmou.

Folhapress

Pequim segue Xangai e alivia restrições contra Covid-19

Após a megacidade de Xangai abandonar o lockdown para conter a alta de casos de Covid, foi a vez da capital Pequim aliviar as restrições.

A mídia local informou que a cidade voltará a permitir refeições em locais fechados, exceto nos distritos de Fengtai e de Changping.

O trabalho e as aulas presenciais também serão retomados, e o transporte público volta a funcionar normalmente.

Os moradores, porém, precisarão apresentar um teste para detecção da Covid realizado nas últimas 72 horas para entrar em espaços coletivos e usar ônibus e metrô.

A capital relatou 16 novos casos sintomáticos de Covid nas últimas 24 horas, acima das cinco invenções registradas no dia anterior, de acordo com dados oficiais. No país todo, foram 162 novos casos, sendo que somente 56 apresentaram sintomas da doença.

Folhapress



Ataque com tiros e bombas a igreja na Nigéria deixa ao menos 50 mortos, diz mídia local



Um grupo de homens armados atacou uma igreja católica na cidade de Owo, no sudoeste da Nigéria, atirando contra fiéis e detonando explosivos. O número de mortos ainda não foi determinado segundo autoridades, mas meios de comunicação apontam ao menos 50 vítimas fatais.

O ataque aconteceu durante a missa matinal na igreja católica de São Francisco, em Owo, no estado de Ondo, uma região em que atentados como esse não são frequentes.

“Ainda é cedo para dizer quantas pessoas morreram. Mas muitos fiéis perderam suas vidas e outros ficaram feridos”, afirmou Ibukun

Odunlami, porta-voz da polícia na região de Ondo.

Uma testemunha que passava pelo local na hora do ataque, afirmou que ouviu explosões e tiros e que ao menos 20 pessoas foram mortas. Um médico disse à agência de notícias Reuters que ao menos 50 corpos foram levados para dois hospitais da cidade devido ao ataque.

A mídia local afirma que, além disparar contra fiéis, os homens armados também detonaram explosivos, deixando ao menos 50 vítimas fatais.

Ainda não se conhece a identidade dos responsáveis nem a motivação do ataque, descrito pelo presidente da Nigéria, Muhammadu Buhari, com um ato “hediondo”.

“É triste que, enquanto a Santa Missa estava acontecendo, homens armados atacaram a Igreja Católica de São Francisco, deixando mortos e outros feridos”, disse o porta-voz da Igreja Católica na Nigéria, reverendo Augustine Ikwu. Ele disse que o bispo e os padres da paróquia conseguiram sair ilesos do ataque.

O papa Francisco está orando pelas vítimas, que foram “dolorosamente atingidas em um momento de celebração”, disse o Vaticano neste domingo em comunicado, que afirma que o papa foi informado do ataque e estava esperando para receber mais detalhes.

Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Mercado financeiro prevê inflação em 9% neste ano



O mercado financeiro prevê inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em torno de 9%, neste ano. A estimativa está no Boletim Focus, divulgado pelo Banco Central (BC).

A mediana (desconsidera os extremos das projeções) da previsão dos últimos 30 dias prevê inflação em 8,89%. Se for considerado um período mais recente, de cinco dias, a mediana fica em 9%.

Para 2023, a projeção é de que a inflação fique em 4,39% (mediana de 30 dias). Na projeção que considera cinco dias, o índice é 4,5%.

As projeções para este ano estão acima da meta de inflação que é de 3,50%, com

intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual, ou seja, o limite inferior é 2% e o superior, 5%. Para 2023, o centro da meta é 3,25%, com intervalo de 1,75% a 4,75%.

O Boletim Focus reúne a projeção de cerca de 100 instituições do mercado para os principais indicadores econômicos do país.

Esta é a primeira divulgação do boletim, após cinco semanas de suspensão, em razão da greve dos servidores do BC, que seguem em paralisação.

Juros básicos:

De acordo com o boletim, a taxa básica de juros, a Selic, deve fechar o ano em 13,25% ao ano (mediana de 30 dias e de cinco dias). Atualmente, a Selic está em 12,75% ao ano.

Para 2023, o mercado prevê que a Selic fique em 9,75% ao ano (mediana de 30 dias). Na mediana de cinco dias, a previsão é 10,13% ao ano no final de 2023.

Crescimento econômico:

No boletim parcial, divulgado nesta segunda-feira, o mercado projeta um crescimento, em 2022, de 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB), soma de todos os bens e serviços produzidos no país. Essa é a previsão mediana de 30 dias. A estimativa de cinco dias ficou em 1,5%. Para o próximo ano, a previsão é de um crescimento de 0,76% (30 dias). Considerados os últimos cinco dias, a previsão cai para 0,47%.

Luciano Nascimento/ABR

Entrada de lojas no Mercado Livre no 1º tri se aproxima do total de 2020

No primeiro trimestre, o Mercado Livre contabilizou 180 novas marcas, a grande maioria no formato de lojas oficiais.

O montante dos três meses representa quase a totalidade registrada em todo o ano de 2020, quando 200 lojas passaram a integrar a plataforma e aproximadamente metade das novas unidades do ano passado, com 370.

Atualmente, o Mercado Livre reúne cerca de 1.700 marcas com lojas oficiais, se-

gundo a empresa.

Entre os nomes que passaram a integrar a plataforma neste ano estão a Línea, Adria, Piraquê, Liza, Michael Kors, Tommy Hilfiger, Nike, Turma da Mônica, Guess, Malwee, Xiaomi e HP.

O Mercado Livre atribui o movimento ao crescimento da demanda e das vendas, que avançam mesmo com o arrefecimento da pandemia, além dos esforços de prospecção da plataforma, entre outros fatores.

Joana Cunha/Folhapress



Governo estuda usar R\$ 20 bi da União para estados zerarem ICMS de diesel e gás



A PEC (Proposta de Emenda à Constituição) em avaliação no governo Jair Bolsonaro (PL) para combater a alta no preço dos combustíveis deve prever um repasse de cerca de R\$ 20 bilhões da União para os estados em troca de eles zerarem as alíquotas do ICMS sobre diesel e gás de cozinha, segundo fontes do governo ouvidas pela reportagem.

A proposta é uma das opções que estão na mesa para ser acionada na tentativa de baixar os preços nas bombas no ano em que Bolsonaro busca a reeleição, e passou a ser estudada em meio à pressão de aliados por uma alternativa para conter os valores. Também é uma alternativa ao decreto de calamidade pública, medida mais drástica e que enfrenta maior resistência de técnicos por poder

abrir a porteira para gastos irrestritos.

A desoneração do tributo estadual valeria até o fim deste ano, assim como já ocorreu no caso de PIS e Cofins -que são contribuições federais. A transferência de recursos para os estados se daria fora do teto de gastos, regra que impede o crescimento das despesas acima da inflação.

Para financiar o repasse aos estados, a estratégia do governo é usar os dividendos pagos pela Petrobras à União -o que alimentaria o discurso político do presidente de que os recursos da companhia estão sendo devolvidos à população.

Os lucros recordes no ano passado e no primeiro trimestre de 2022 já asseguram cerca de R\$ 25 bilhões em dividendos ao Tesouro em 2022, e o valor pode ficar ainda maior com mais recursos chegando

nos próximos meses.

A desoneração do ICMS -o que inclui a PEC em estudo e o projeto já aprovado na Câmara com um teto de 17% a 18% para o imposto estadual sobre itens como combustíveis e energia- é definida por integrantes do governo como um "tiro de canhão". A medida permitiria um alívio no preço do diesel e do gás de cozinha no momento em que Bolsonaro segue em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto, atrás do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Uma ideia preliminar do que pode ser o impacto na bomba decorrente das alíquotas cortadas a zero é o próprio cálculo feito pelos estados quando houve a regulamentação da lei que determinou a mudança na cobrança do tributo estadual.

Idiana Tomazelli e Juliana Sofia/Folhapress

Política

PT lança prévia de programa de governo de Lula e dribla temas controversos



A coordenação da campanha do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva encaminhou aos partidos aliados as diretrizes para elaboração do plano de governo da chapa Lula-Alckmin.

Com 90 parágrafos, o documento destaca o PT em ações de combate à corrupção, reforça o papel do estado na economia, enaltece o Bolsa Família e propõe a revogação do teto de gastos e da reforma trabalhista implementada pelo ex-presidente Michel Temer, além da revisão do regime fiscal.

O texto defende ainda o fortalecimento dos sindicatos sem a volta do imposto sindical, a construção de um novo sistema de negociação coletiva e especial atenção aos trabalhadores informais e de aplicativos.

“O trabalho estará no centro de nosso projeto de desenvolvimento. Defendemos a revogação da reforma trabalhista feita no governo Temer e a construção de uma nova legislação trabalhista, a partir da negociação tripartite”, afirma.

Seguindo orientação de Lula, a proposta de programa contorna temas controversos.

Ao falar em reforma tributária, não cita, por exemplo, tributação sobre distribuição de lucros. Embora proponha a revogação da reforma trabalhista, afirma que essa será fruto de uma negociação com empresários.

Elaborado sob a coordenação do ex-ministro Aloizio Mercadante, o documento defende o papel do estado como indutor do desenvolvimento econômico, prega o uso dos bancos públicos como instru-

mento de desenvolvimento e manifesta oposição à privatização da Eletrobrás e dos Correios.

“A Petrobras será colocada de novo a serviço do povo brasileiro e não dos grandes acionistas estrangeiros, ampliando nossa capacidade de produzir os derivados de petróleo necessários para o povo brasileiro, expandindo a oferta de gás natural e a integração com a petroquímica, fertilizantes e biocombustíveis”, diz o texto.

Segundo o texto, “o pré-sal será novamente um passaporte para o futuro”.

Coordenador da equipe de programa de governo, Mercadante afirma haver uma preocupação legítima para que não engesse o debate e permita ampliações.

Catia Seabra/Folhapress

Lula cancela atividades da pré-campanha após contrair Covid

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) informou que está com Covid-19, assim como sua esposa, a socióloga Rosângela da Silva, a Janja. Os dois ficarão em isolamento e, com isso, não devem participar de atividades da pré-campanha do petista à Presidência nos próximos dias.

A notícia foi publicada em perfis do ex-presidente nas redes sociais. A informação é o de que o diagnóstico foi confirmado e que os dois estão bem -Lula assintomático e Janja com sintomas leves.

Eles, que se casaram no último dia 18, em cerimônia em São Paulo, ficarão em isolamento e terão acompanhamento médico nos próximos dias, segundo o comunicado.

Um boletim divulgado

pelo ex-presidente, assinado pelo médico Roberto Kalil Filho, afirma que o ex-presidente está sem sintomas para a doença, “em bom estado geral, devendo permanecer em isolamento domiciliar nos próximos dias”.

Segundo a coluna Mônica Bergamo, o casal chegou a ir neste domingo ao Hospital Sírio-Libanês para fazer exames.

Lula já tinha compromissos públicos anunciados.

O presidenciável, que lidera as pesquisas para outubro, à frente do candidato à reeleição, Jair Bolsonaro (PL), cumpriu agenda ao lado do possível vice na chapa, o ex-governador paulista Geraldo Alckmin (PSB), e de aliados. Ele participou de um encontro para discutir temas ambientais.

Folhapress



Bolsonaro promete inflar Esplanada com mais três ministérios caso reeleito



O presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou que pretende criar mais três ministérios caso seja reeleito neste ano. O chefe do Executivo mencionou a possibilidade de recriar as pastas da Segurança Pública, da Indústria e Comércio e da Pesca.

“Pretendemos, em havendo reeleição, dividir melhor os ministérios, criar no máximo mais três para que possamos melhor administrar nosso país. Pela extensão do nosso país, se justifica isso aí”, afirmou o mandatário em entrevista ao canal Agromais, do grupo Bandeirantes.

Hoje o governo Bolsonaro tem 23 ministérios, 7 a mais do que os 15 prometi-

dos na campanha eleitoral de 2018. Sob a gestão de Michel Temer (MDB), seu antecessor, eram 29 pastas.

Bolsonaro afirmou que considera “positivo o reestabelecimento” dos ministérios da Segurança Pública e da Indústria e Comércio e que “até a questão da Pesca pode ser estudada”.

No entanto, disse que a medida só deve ficar para ano que vem, caso seja reconduzido à Presidência. “Agora não porque dependeria de criação de cargos e não temos margem, manobra para isso aí”, disse.

Na entrevista, Bolsonaro também afirmou que o governo pode anunciar novas medidas para reduzir o custo

do combustível no país nesta semana.

“O Paulo Guedes [ministro da Economia], espero que nos próximos dias resolva a questão dos combustíveis no tocante a impostos pelo Brasil. Ele já se demonstrou favorável a isso, tem trabalhado no tocante a isso.”

“Espero que nos próximos dias, até esta semana mesmo, tenhamos uma boa notícia sobre preços dos combustíveis no Brasil”, afirmou, sem dar detalhes de o que será feito em relação ao tema.”

O chefe do Executivo disse que a “Petrobras tem uma ganância enorme” e criticou o “lucro exagerado” registrado pela estatal.

Matheus Teixeira/Folhapress



Edição impressa produzida pelo Jonal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.
As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

Publicidade Legal

Enforce SPE I S.A

CNPJ/MF nº 28.628.505/0001-14

Balanco Patrimonial dos exercicios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Unidade de Real)			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Unidade de Real)					
Ativo	31/12/2021	31/12/2020	Capital Social	Capital Social a Integralizar	Reservas de Capital	Reserva de Lucros	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
Ativo Circulante								
Caixa e Equivalentes de Caixa	32.081.793,96	26.761.505,88						
Créditos Tributários	62.363,95	21.098,09						
Total do Ativo Circulante	32.144.157,91	26.782.603,97						
Ativo Não Circulante								
Direito Aquisitivo – Imóveis	103.934,25	1.161.683,25						
Valores a Receber – Bradesco	9.929.658,82	10.100.067,94						
Total do Ativo Não Circulante	10.033.593,07	11.261.751,19						
Total do Ativo	42.177.750,98	38.044.355,16						
Passivo								
Passivo Circulante								
Fornecedores	51.676,92	3.651,01						
Impostos a Recolher	353.176,02	41.708,38						
Contas a Pagar	1.684.993,02	51.876,38						
Total do Passivo Circulante	2.089.845,96	97.235,77						
Passivo Não Circulante								
Passivos de Contrato	25.926.745,65	25.926.745,65						
Impostos Diferidos – LP	43.746,67	83.233,82						
Total do Passivo Não Circulante	25.970.492,32	26.009.979,47						
Total do Passivo	42.177.750,98	38.044.355,16						
Patrimônio Líquido								
Capital Social	1.581.409,00	1.581.409,00						
Reservas de Capital	10.228.176,00	10.228.176,00						
Reservas de Lucros	2.307.827,70	127.554,92						
Total do Patrimônio Líquido	14.117.412,70	11.937.139,92						
Total do Passivo	42.177.750,98	38.044.355,16						
Demonstração dos Fluxos de Caixa dos exercicios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Unidade de Real)								
	31/12/2021	31/12/2020						
Fluxo de caixa das atividades operacionais								
Resultado Líquido do Exercício:	2.907.030,37	166.810,31						
Ajustado por:								
- Depreciação e Amortização	-	-						
	2.907.030,37	166.810,31						

ENF SPE II S.A

CNPJ/MF nº 30.612.977/0001-20

Balanco Patrimonial dos Exercicios Findos em: (Em Unidade de Real)			Demonstração do Fluxo de Caixa do Exercício Findo em 31 de dezembro de: (Em Unidade de Real)					
Ativo	2021	2020	Passivo	2021	2020	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2021	2020
Ativo Circulante			Passivo Circulante			Operacionais		
Caixa e equivalentes de caixa	82.298.869,15	44.405.251,58	Fornecedores	1.240.482,66	922.340,10	Lucro líquido do exercício:	24.735.918,21	14.191.147,28
Clientes a receber	29.787.036,05	32.110.317,41	Impostos a recolher	4.894.612,31	1.131.052,19	Ajustado por:		
Adiantamentos a terceiros	161.285,68	103.512,49	Encargos sociais	4.521,61	10.171,79	- Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Estoques de unidades	93.348.847,14	72.977.575,47	Direito aquisitivo a pagar	237.403,88	-	Total do Passivo Circulante	24.735.918,21	14.191.147,28
Créditos tributários	1.441,29	1.441,29	Dividendos a pagar	24.735.918,21	-	Redução/(Aumento) em Ativos		
Despesas antecipadas	-	148.898,92	Outras contas a pagar	16.158.232,62	9.587.277,55	- Clientes	3.941.023,34	(19.381.855,51)
Total do Ativo Circulante	205.597.479,31	149.746.997,16	Total do Passivo Não Circulante	47.271.171,29	11.650.841,63	- Adiantamentos	(57.773,19)	208.194,67
Ativo Não Circulante			Passivo Não Circulante			- Estoques de unidades	(42.039.794,07)	(27.779.906,78)
Clientes a receber	-	1.617.741,98	Impostos diferidos	-	2.195.964,19	- Outros ativos	(348.766,97)	(148.898,92)
Impostos diferidos	497.665,89	-	Total do Passivo Circulante	-	2.195.964,19		(38.505.310,89)	(47.102.466,54)
Direito aquisitivo	21.668.522,40	-	Patrimônio Líquido			Aumento/(Redução) em Passivos		
Total do Ativo Não Circulante	22.166.188,29	1.617.741,98	Capital social	1.854.523,94	1.431.697,70	- Fornecedores	318.142,56	908.430,10
Total do Ativo	227.763.667,60	151.364.739,14	Reservas de capital	178.637.972,37	129.946.899,38	- Obrigações Sociais e Tributárias	5.813.739,65	3.539.270,44
Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em: (Em Unidade de Real)								
	2021	2020		2021	2020			
Receita Líquida	118.884.565,29	74.051.532,30	Resultado Antes das Rec. e Desp. Financeiras	27.079.922,91	16.214.808,45	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	24.735.918,21	14.191.147,28
Custo das Unidades Vendidas e das Operações	(89.492.780,44)	(56.125.487,66)	Receitas Financeiras	3.039.468,47	511.479,39	Ajustado por:		
Resultado Operacional Bruto	29.391.784,85	17.926.044,64	Despesas Financeiras	(51.216,98)	(17.930,06)	- Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Outras Receitas/Despesas Operacionais			Resultado Antes dos Tributos	30.068.174,40	16.708.357,78	Redução/(Aumento) em Ativos		
Despesas Administrativas	(411.076,00)	(108.220,55)	Sobre o Lucro	3.068.174,40	16.708.357,78	- Clientes	3.941.023,34	(19.381.855,51)
Despesas Gerais	(116.544,85)	(42.572,43)	Contribuição Social	(1.743.403,26)	(876.117,85)	- Adiantamentos	(57.773,19)	208.194,67
Despesas com Vendas	(3.230.758,35)	(1.560.840,17)	Imposto de Renda	(3.588.852,93)	(1.641.092,65)	- Estoques de unidades	(42.039.794,07)	(27.779.906,78)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	1.446.517,26	396,96	Lucro Líquido do Exercício	24.735.918,21	14.191.147,28	- Outros ativos	(348.766,97)	(148.898,92)
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Findos em: (Em Unidade de Real)								
	2021	2020		2021	2020			
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	563.558,83	50.832.424,17	Capital Social	1.854.523,94	1.431.697,70	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	24.735.918,21	14.191.147,28
Integralização de capital	868.138,87	-	Reservas de capital	178.637.972,37	129.946.899,38	Ajustado por:		
Distribuição de dividendos	-	-	Reservas de lucros	0,00	6.139.336,24	- Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Reservas de capital	-	79.114.475,21	Total do Patrimônio Líquido	180.492.496,31	137.517.933,32	Redução/(Aumento) em Ativos		
Transf. para Reservas de Lucros	-	-	Total do Passivo	227.763.667,60	151.364.739,14	- Clientes	3.941.023,34	(19.381.855,51)
Lucro líquido do exercício	-	-				- Adiantamentos	(57.773,19)	208.194,67
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	1.431.697,70	129.946.899,38				- Estoques de unidades	(42.039.794,07)	(27.779.906,78)
Lucro líquido do exercício	-	-				- Outros ativos	(348.766,97)	(148.898,92)
Integralização de capital	422.826,24	-					(38.505.310,89)	(47.102.466,54)
Reservas de capital	-	48.691.072,99				Aumento/(Redução) em Passivos		
Distribuição de dividendos	-	-				- Fornecedores	318.142,56	908.430,10
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	1.854.523,94	178.637.972,37				- Obrigações Sociais e Tributárias	5.813.739,65	3.539.270,44

ENF SPE III S.A

CNPJ/MF nº 33.892.827/0001-06

Balanco Patrimonial dos Exercicios Findos em 31 de dezembro de: (Em Unidade de Real)			Demonstração do Fluxo de Caixa do Exercício findo em 31 de dezembro de: (Em Unidade de Real)					
Ativo	2021	2020	Passivo	2021	2020	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2021	2020
Ativo Circulante			Passivo Circulante			Operacionais		
Caixa e equivalentes de caixa	846.010,18	15.602.024,33	Fornecedores	2.791,80	1.500,00	Resultado do exercício:	342.946,80	6.266.564,29
Clientes	361.171,88	60.000,00	Impostos a recolher	883,99	512.308,67	Ajustado por:		
Direito aquisitivo – Imóveis	78.916,62	78.651,87	Encargos sociais	114,65	0,00	- Ajustes de Exercícios Anteriores	342.946,80	6.266.564,29
Outros ativos	73.976,20	0,00	Contas a pagar	23.655,06	44.721,65	Aumento/(Redução) em ativos:		
Total do ativo circulante	1.360.074,88	15.740.676,20	Provisões diversas	0,00	1.004.288,03	- Clientes	(301.171,88)	(60.000,00)
Total do ativo	1.360.074,88	15.740.676,20	Ciclo operacional a pagar	0,00	7.115.932,28	- Direito aquisitivo de imóveis	(264,75)	569.818,47
Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de: (Em Unidade de Real)			Dividendos a pagar	85.736,70	1.522.370,81	- Outros ativos	(73.976,20)	-
	2021	2020	Total do passivo circulante	113.182,20	10.201.121,44	Aumento em passivos:		
Receita líquida	409.911,37	7.522.526,25	Passivo não circulante			- Fornecedores	1.291,80	750,00
Custo dos direitos aquisitivos	(119.381,82)	(1.026.949,79)	Impostos diferidos	29.562,58	12.322,36	- Obrigações sociais e tributárias	(492.930,34)	525.609,95
Resultado operacional bruto	290.529,55	6.495.576,46	Total do passivo circulante	29.562,58	12.322,36	- Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.139,47)	(1.011,47)
Outras receitas/despesas operacionais			Patrimônio líquido			- Ciclo operacional a pagar	(7.115.932,28)	7.115.932,28
Despesas administrativas	(3.514,20)	(2.166,98)	Capital Social	800.100,00	800.100,00	- Outros passivos	(2.547.725,43)	1.032.631,13
Despesas gerais	(18.082,86)	(9.723,82)	Reservas de lucros	417.230,10	4.727.132,40	Caixa líquido proveniente nas atividades de financiamento	(4.567.112,40)	-
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	268.932,49	6.483.685,66	Total do patrimônio líquido	1.217.330,10	5.527.232,40	Aumento do caixa e equivalentes	(14.756.014,15)	15.450.294,65
Receitas financeiras	116.999,67	28.600,03	Total do passivo e patrimônio líquido	1.360.074,88	15.740.676,20	Aumento do caixa e equivalentes	(14.756.014,15)	15.450.294,65
Despesas financeiras	(2.072,25)	(1.936,74)				Caixa e equivalentes de caixa no início do período	15.602.024,33	151.729,68
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	383.859,91	6.510.348,95	Contribuição social	(17.191,36)	(156.940,70)	Caixa e equivalentes de caixa no final do período	846.010,18	15.602.024,33
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em: (Em Unidade de Real)			Imposto de renda	(23.721,75)	(86.843,96)			
	2021	2020	Lucro líquido do exercício	342.946,80	6.266.564,29			
Saldo em 31 de dezembro de 2019	800.100,00	(17.061,08)						
Dividendos propostos	-	(1.522.370,81)						
Transferência para reservas de lucros	-	(4.727.132,40)						
Lucro líquido do exercício	-	6.266.564,29						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	800.100,00	4.727.132,40						
Lucro líquido do exercício	-	342.946,80						
Dividendos propostos	-	(85.736,70)						
Transferência para reservas de lucros	-	(257.210,10)						
Saldo em 31 de dezembro de 2021	800.100,00	417.230,10						

DÓLAR

compra/venda
Câmbio livre BC - R\$ 4,7833 / R\$ 4,7839 **
Câmbio livre mercado - R\$ 4,7940 / R\$ 4,7960 *
Turismo - R\$ 4,8800 / R\$ 4,9880

(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado no dia: 0,37%

OURO BM&F
R\$ 280,500

BOLSAS

B3 (Ibovespa)
Variação: -0,82%
Pontos: 110.186
Volume financeiro: R\$ 16,891 bilhões
Maiores altas: Raia Drogasil ON (2,68%), CSN Mineração ON (1,94%), LocaWeb ON (1,69%)
Maiores baixas: Hapvida ON (-6,15%), Positivo Tec ON (-6,13%), Meliuz ON (-6,11%)

S&P 500 (Nova York): 0,31%

Dow Jones (Nova York): 0,05%

Nasdaq (Nova York): 0,4%

CAC 40 (Paris): 0,98

Pet Center Comércio e Participações S.A.

CNPJ/ME nº 18.328.118/0001-09 – NIRE 35.300.453.824 – Companhia Aberta

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26/04/2022

1. Data, Horário e Local: Realizada no dia 26/04/2022, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital, considerando-se, portanto, realizada na sede social da Pet Center Comércio e Participações S.A. ("Companhia"), localizada na São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Guarantã, nº 555/587, Sala 1, Pari. **2. Convocação:** O edital de primeira convocação foi publicado na forma do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), no jornal "Gazeta de São Paulo", nas edições dos dias 26, 28 e 29/03/2022, nas páginas B3, B6 e B10, respectivamente, com divulgação simultânea dos documentos na página desse mesmo jornal na internet, nos termos do artigo 289, I, da Lei das S.A. **3. Presença:** (a) **Em Assembleia Geral Ordinária:** presentes acionistas titulares de 311.678.716 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, representando aproximadamente 67,8% do capital social total e com direito a voto da Companhia; e (b) **Em Assembleia Geral Extraordinária:** presentes acionistas titulares de 309.719.735 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, representando aproximadamente 67,3% do capital social total e com direito a voto da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. Presentes, também, a Sra. Aline Ferreira Penna Peli, Diretora Financeira e de Relações com Investidores, na qualidade de representante da administração; a Sra. Vanessa Tondato, na qualidade de membro do Comitê de Auditoria; o Sr. Marcelo de Figueiredo Seixas, na qualidade de representante da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.; e o Sr. José Carlos Vincoletto, na qualidade de representante da Account Assesores S/S Ltda. **4. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Claudio Roberto Ely, indicado na forma do art. 8º do Estatuto Social da Companhia, e secretariados pela Sra. Alessandra Zequi. **5. Publicações e Divulgação:** Conforme o art. 133 da Lei das S.A., foram devidamente publicados no jornal "Gazeta de São Paulo", na edição do dia 25/03/2022, nas páginas B1, B2 e B3, com divulgação simultânea dos documentos na página desse mesmo jornal na internet, nos termos do artigo 289, I, da Lei das S.A., o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício encerrado em 31/12/2021, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer do Comitê de Auditoria. Os documentos anteriores e os demais documentos pertinentes a assuntos integrantes da ordem do dia, incluindo a proposta da administração para a assembleia geral, foram também colocados à disposição dos acionistas na sede da Companhia e divulgados nas páginas eletrônicas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e da Companhia, com pelo menos 1 mês de antecedência da presente data, nos termos da Lei das S.A. e da regulamentação da CVM aplicável. **6. Ordem do Dia:** Reuniram-se os acionistas da Companhia para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (a) **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer do Comitê de Auditoria; (ii) o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021; (iii) a proposta de orçamento de capital da Companhia para o exercício social de 2022; (iv) a proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2021; (v) a fixação do número de membros do Conselho de Administração; (vi) a eleição dos membros do Conselho de Administração; (vii) a caracterização dos membros independentes do Conselho de Administração; (viii) a fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2021; e (b) **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações de Emissão da Seleção Participações S.A. (CNPJ 29.163.494/0001-07) ("Petix") pela Companhia ("Protocolo e Justificação"); (x) o aumento de capital social e a emissão de novas ações da Companhia, em decorrência da incorporação de ações de emissão da Petix pela Companhia, nos termos do Protocolo e Justificação ("Incorporação de Ações"), cuja eficácia está subordinada ao implemento de determinadas condições suspensivas nos termos e condições previstos no Protocolo e Justificação; (xi) a ratificação da nomeação e contratação da empresa de avaliação Account Assesores S/S Ltda. (CNPJ 95.513.015/0002-03) para elaboração do laudo de avaliação do valor contábil do patrimônio líquido por ação da Petix a ser incorporada pela Companhia ("Laudo de Avaliação"); (xii) o Laudo de Avaliação; (xiii) a Incorporação de Ações, cuja eficácia está subordinada ao implemento de determinadas condições suspensivas, nos termos e condições previstos no Protocolo e Justificação; (xiv) a alteração do art. 4º, caput, do Estatuto Social da Companhia, para atualização da cifra do capital social da Companhia e do número de ações emitidas, para refletir o aumento de capital aprovado pelo Conselho de Administração dentro do limite do capital autorizado previsto no Estatuto Social da Companhia; (xv) a alteração do art. 16 (d) (xviii) e a inclusão de novo inciso (xix) ao referido artigo do Estatuto Social da Companhia, com a consequente renumeração dos incisos, para atualização das competências do Conselho de Administração relacionadas à emissão de títulos ou valores mobiliários de dívida; (xvi) a consolidação do Estatuto Social da Companhia; (xvii) a ratificação do valor da remuneração global anual dos administradores referente ao exercício social encerrado em 31/12/2021; (xix) a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores, incluindo a declaração da verificação das condições suspensivas (ou renúncia a elas, conforme o caso) e da eficácia da Incorporação de Ações e do aumento de capital). **7. Deliberações:** Instalada a assembleia e após o exame e a discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas presentes deliberaram o quanto segue: (A) **Em Assembleia Geral Ordinária:** 7.1. Aprovar, por unanimidade, desconsideadas as abstenções, conforme votos registrados no mapa de votação constante do Anexo I, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer do Comitê de Auditoria. **7.2.** Aprovar, por unanimidade, desconsideadas as abstenções, conforme votos registrados no mapa de votação constante do Anexo I, o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021. **7.3.** Aprovar, por unanimidade, desconsideadas as abstenções, conforme votos registrados no mapa de votação constante do Anexo I, a proposta de orçamento de capital da Companhia para o exercício social de 2022. **7.4.** Aprovar, por unanimidade, desconsideadas as abstenções, conforme votos registrados no mapa de votação constante do Anexo I, a proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2021, no montante total de R\$ 75.035.903.51, conforme segue: (a) R\$ 3.751.795,18, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, destinado à formação da reserva legal da Companhia, nos termos do art. 193 da Lei das S.A.; (b) R\$ 17.821.027,08 correspondente ao pagamento de dividendos aos acionistas, sendo: (b.i) o valor de R\$ 15.000.000,00 a título de juros sobre capital próprio, observado que a totalidade do valor líquido desse montante, equivalente a R\$ 13.499.380,37, já foi declarada e imputada ao dividendo mínimo obrigatório; e (b.ii) R\$ 4.321.646,71, a título de valores complementares para que se alcance o valor líquido correspondente ao dividendo mínimo obrigatório; e (c) R\$ 51.962.461,62 a ser destinado à reserva de retenção de lucros, conforme previsto na proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2022, aprovada nos termos do item 7.3. **7.4.1.** Consignar que, considerando o valor líquido dos juros sobre o capital próprio declarados em 24/06/2021 e 20/12/2021, somados aos dividendos ora declarados, aprovou-se a distribuição de 25% do lucro líquido ajustado do exercício social encerrado em 31/12/2021, no montante líquido total de R\$ 17.821.027,08, correspondente ao dividendo mínimo obrigatório; **7.4.2.** Consignar que farão jus aos dividendos ora declarados, no valor total de R\$ 4.321.646,71, correspondente a R\$ 0,00941872424 por ação ordinária, aqueles que forem acionistas da Companhia no encerramento do prego da B3 nesta data (data-base), respeitadas as negociações realizadas até esta data, inclusive. Dessa forma, a partir de 27/04/2022, inclusive, as ações da Companhia serão negociadas "ex-dividendos"; **7.4.3.** Consignar que os valores ora declarados como dividendos, no valor total de R\$ 4.321.646,71, não estarão sujeitos a atualização monetária ou remuneração entre a data de declaração e de efetivo pagamento e que os dividendos são, ainda, isentos de Imposto de Renda, de acordo com o artigo 10 da Lei nº 9.249/95 e o artigo 72 da Lei nº 12.973/14.7; **7.4.4.** Consignar que os dividendos totais declarados pela Companhia, no valor líquido de R\$ 17.821.027,08, serão pagos pela Companhia, até o final do exercício social de 2022, em 2 parcelas, de acordo com forma e data a serem oportunamente fixadas pela administração da Companhia. **7.5.** Aprovar, por unanimidade, desconsideadas as abstenções, conforme votos registrados no mapa de votação constante do Anexo I, a fixação do número de 7 membros efetivos para compor o Conselho de Administração, com prazo unificado de gestão até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social a ser encerrado em 31/12/2023: (i) **Sergio Zimmerman**, portador da cédula de identidade RG nº 15.518.369-0 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob nº 076.168.548-00, para o cargo de **membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia;** (ii) **Tania Zimmerman**, portadora da cédula de identidade RG nº 20.394.796, SSP/SP, e inscrita no CPF/ME sob nº 106.620.718-67, para o cargo de **membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia;** (iii) **Gregory Louis Reider**, portador da cédula de identidade RG nº 10.863.878-4, IFR/RJ, e inscrito no CPF/ME sob nº 082.825.467-20, para o cargo de **membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia;** (iv) **Claudio Roberto Ely**, portador da cédula de identidade RG nº 9005222841, SSP/SP, e inscrito no CPF/ME sob nº 137.688.320-15, para o cargo de **membro efetivo do Conselho de Admi-**

nistração da Companhia; (v) **Irlau Machado Filho**, portador da cédula de identidade RG nº 36597641-6, SSP/SP, e inscrito no CPF/ME sob nº 032.584.526-36, para o cargo de **membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia;** (vi) **Ricardo Dias Mieskalo Silva**, portador da Cédula de Identidade RG nº 4636079, SESP/PR, inscrito no CPF/ME sob nº 038.840.019-65, para o cargo de **membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia;** (vii) **Eduardo de Almeida Salles Terra**, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.943.042-1, inscrito no CPF/ME sob nº 249.060.488-03, para o cargo de **membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia;** **7.6.1.** Consignar que, com base nas informações recebidas pela administração da Companhia, nos termos da legislação aplicável, foi informado aos acionistas que os conselheiros ora eleitos estão em condições de firmar as declarações de desimpedimento mencionadas no art. 147, § 4º, da Lei das S.A. e no art. 2º da Instrução CVM nº 367/2002, que ficarão arquivadas na sede da Companhia. **7.6.2.** Consignar que os membros do Conselho de Administração ora eleitos tomarão posse em seus respectivos cargos no prazo de até 30 dias contados da presente data mediante a assinatura do respectivo termo de posse a ser lavrado em livro próprio da Companhia acompanhado da declaração de desimpedimento nos termos do item 7.6.1 acima. **7.7.** Aprovar, por unanimidade, desconsideadas as abstenções, conforme votos registrados no mapa de votação constante do Anexo I, a caracterização do Sr. Claudio Roberto Ely, Sr. Irlau Machado Filho, Sr. Ricardo Dias Mieskalo Silva, e Sr. Eduardo de Almeida Salles Terra, ora eleitos, como membros independentes do Conselho de Administração da Companhia, para fins do disposto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 ("Regulamento do Novo Mercado"). **7.7.1.** Consignar que na forma do art. 17 do Regulamento do Novo Mercado, o Conselho de Administração da Companhia analisou os requisitos arrolados no art. 16, §§ 1º e 2º, do Regulamento do Novo Mercado, conforme inserido na proposta da administração apresentada para esta Assembleia, tendo manifestado entendimento de que o Sr. Claudio Roberto Ely, Sr. Irlau Machado Filho, Sr. Ricardo Dias Mieskalo Silva e Sr. Eduardo de Almeida Salles Terra ora eleitos, enquadraram-se nos critérios de independência previstos. **7.8.** Aprovar, por maioria, desconsideadas as abstenções, conforme votos registrados no mapa de votação constante do Anexo I, a fixação da remuneração global de até R\$ 40.300.992,61 para os administradores da Companhia para o exercício social de 2022, ficando a cargo do Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição da remuneração individualmente entre os membros do próprio Conselho de Administração e da Diretoria, nos termos do art. 16 do Estatuto Social da Companhia. **7.9.** Tendo em vista a solicitação por acionistas titulares de 95.578.096 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, representando, aproximadamente, 20,80% do capital social total e votante da Companhia, declarar, nos termos do art. 161 da Lei das S.A. e do art. 2º da Instrução CVM nº 324/2000, a instalação do Conselho Fiscal da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social a ser encerrado em 31/12/2022. **7.9.1.** Consignar que, embora a instalação do Conselho Fiscal não conste da ordem do dia da assembleia, de acordo com o art. 161, § 3º, da Lei das S.A., o pedido de funcionamento do Conselho Fiscal poderá ser formulado em qualquer assembleia geral, que elegerá seus membros, ainda que a matéria não conste do edital de convocação. **7.10.** Aprovar, por unanimidade, desconsideadas as abstenções, conforme votos registrados no mapa de votação constante do Anexo I, a fixação do número de 3 membros efetivos e 3 membros suplentes para compor o Conselho Fiscal da Companhia. **7.11.** Eleger, por unanimidade, desconsideadas as abstenções, conforme votos registrados no mapa de votação constante do Anexo I, as seguintes pessoas como membros do Conselho Fiscal da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social a ser encerrado em 31/12/2022: (i) **Cátia Yuassa Tokoro**, brasileira, solteira, engenheira, inscrito no CPF/ME sob nº 011.800.477-88, portadora da cédula de identidade RG nº 051727352 (IFP/RJ), residente e domiciliada na Av. Gilberto Amado, nº 545 – 101, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, 22620-061, para ocupar o cargo de **membro efetivo do Conselho Fiscal;** (ii) **André Coji**, inscrito no CPF/ME sob nº 051.271.338-30, portador da cédula de identidade RG nº 8782472 (SSP/SP), para ocupar o cargo de **membro efetivo do Conselho Fiscal;** (iii) **Tiago Curli Isaac**, inscrito no CPF/ME sob nº 303.612.048-33, portador da cédula de identidade RG nº 34.906.922-0 (SSP/SP), para ocupar o cargo de **membro efetivo do Conselho Fiscal;** (iv) **Bibiana Carneiro**, inscrita no CPF/ME sob nº 117.078.298-10, portadora da cédula de identidade R.G. nº 18287056x (SSP/SP), para ocupar o cargo de **membro suplente da Sra. Cátia Yuassa Tokoro;** (v) **Angélica Maria de Queiroz**, inscrita no CPF/ME sob nº 592216667-00, portadora da cédula de identidade RG nº 03778421-2 (IFP/RJ), para ocupar o cargo de **membro suplente do Sr. André Coji;** e (vi) **Eduardo El Khouri Buzato**, inscrito no CPF/ME sob nº 065.692.128-50, portador da cédula de identidade RG nº 13.436.419-3 (SSP/SP), para ocupar o cargo de **membro suplente do Sr. Tiago Curli Isaac.** **7.11.1.** Consignar que o acionista Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil Previ (CNPJ 33.754.482/0001-24) preferiu voto favorável apenas em relação à eleição da Sras. Cátia Yuassa Tokoro e Bibiana Carneiro, se abstendo aos demais candidatos. **7.11.2.** Consignar que, com base nas informações recebidas pela administração da Companhia, nos termos da legislação aplicável, foi informado aos acionistas que os conselheiros fiscais preenchem os requisitos previstos no art. 162 da Lei das S.A. e estão em condições de firmar, sem qualquer ressalva, a declaração mencionada no art. 147 e no art. 162, § 2º, da Lei das S.A., que ficará arquivada na sede da Companhia. **7.11.3.** Consignar que os membros do Conselho Fiscal ora eleitos serão investidos em seus respectivos cargos no prazo de 30 dias contados da presente data, mediante assinatura do respectivo termo de posse a ser lavrado em livro próprio da Companhia. **7.12.** Aprovar, por unanimidade, desconsideadas as abstenções, conforme votos registrados no mapa de votação constante do Anexo I, a fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal, nos termos do art. 162, § 3º, da Lei das S.A., em montante equivalente a no mínimo 10% da remuneração fixa que, em média, for atribuída aos diretores da Companhia, excluídos os beneficiários, verbas de representação e participação nos lucros atribuídos aos diretores. **7.12.1.** Consignar que os membros suplentes do Conselho Fiscal somente serão remunerados quando atuarem em substituição aos membros efetivos. (B) **Em Assembleia Geral Extraordinária:** **7.13.** Aprovar, por unanimidade, desconsideadas as abstenções, conforme votos registrados no mapa de votação constante do Anexo I, o Protocolo e Justificação, que consubstancia os termos, cláusulas e condições da Incorporação de Ações cujo instrumento particular fica arquivada na sede da Companhia; **7.14.** Aprovar, por unanimidade, desconsideadas as abstenções, conforme votos registrados no mapa de votação constante do Anexo I, o aumento do capital social da Companhia, em decorrência da Incorporação de Ações, no montante de R\$ 128.612,08, mediante a emissão de 1.650.450 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, pelo preço de emissão de R\$ 0,077925469 por ação, a serem subscritas por conta e ordem dos acionista da Petix na proporção de suas respectivas participações no capital social da Petix na efetivação da Incorporação de Ações e integralizadas mediante a incorporação de 2.444.741 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Petix. **7.14.1.** Consignar que, nos termos do Laudo de Avaliação, o valor das ações da Petix a serem incorporadas pela Companhia é, pelo menos, igual ao valor do capital social a integralizar. **7.14.2.** Consignar que o aumento de capital e a emissão das novas ações somente produzirão efeitos mediante o implemento (ou renúncia, conforme o caso) de determinadas condições suspensivas, conforme estabelecidas nos termos do Protocolo e Justificação. Uma vez verificado o implemento (ou renúncia, conforme o caso) das condições suspensivas aplicáveis, a efetivação do aumento de capital e da emissão das novas ações será homologada em reunião do Conselho de Administração da Companhia e oportunamente divulgada aos acionistas e ao mercado. **7.14.3.** Consignar que, nos termos do art. 252, § 1º, da Lei das S.A., os acionistas da Companhia não terão direito de preferência para subscrever o aumento de capital decorrente da Incorporação de Ações. **7.14.4.** Consignar que eventual diferença positiva entre a cotação de fechamento das ações da Companhia na data de efetivação do aumento de capital e o preço de emissão das ações será destinado à formação da reserva de capital da Companhia, nos termos do artigo 182, § 1º, "a", da Lei das S.A. **7.15.** Aprovar, por maioria, conforme votos registrados no mapa de votação constante do Anexo I, a ratificação da nomeação e contratação da empresa **Account Assesores S/S Ltda.**, sociedade simples limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Antônio de Godói, 88, andar 13, Centro, CEP 01034-000, inscrita no CNPJ nº 95.513.015/0002-03 ("**Empresa Avaliadora**") como responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação. **7.16.** Aprovar, por unanimidade, desconsideadas as abstenções, conforme votos registrados no mapa de votação constante do Anexo I, o Laudo de Avaliação, que ficará arquivado na sede da Companhia. **7.16.1.** Consignar que, nos termos do Laudo de Avaliação, a Empresa Avaliadora concluiu que o valor contábil do patrimônio líquido das ações da Petix a serem incorporadas pela Companhia é de R\$ 128.612,08. **7.16.2.** Aprovar, por unanimidade, desconsideadas as abstenções, conforme votos registrados no mapa de votação constante do Anexo I, a Incorporação de Ações, nos termos do Protocolo e Justificação. **7.16.3.** Consignar que, nos termos do Protocolo e Justificação, com a conclusão da Incorporação de Ações, já considerando a efetivação das demais Etapas da Operação (conforme definido no Protocolo de Incorporação), a Companhia incorporará 2.444.741 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de 51% do capital social total e votante da Petix. **7.16.4.** Consignar que a Incorporação de Ações está subordinada e somente produzirá efeitos mediante o implemento (ou renúncia, conforme o caso) de determinadas condições suspensivas, conforme estabelecidas nos termos do Protocolo e Justificação. Uma vez verificado o implemento (ou renúncia, conforme o caso) das condições suspensivas aplicáveis, a efetivação da Incorporação de Ações será homologada em reunião do Conselho de Administração da Companhia e oportunamente divulgada aos acionistas e ao mercado. **7.16.5.** Consignar que não foi realizado o cálculo da relação de substituição para fins comparativos, consoante artigo 264 da Lei das S.A., tendo em vista que a Companhia e a Petix não são sociedades sob controle comum e que a Incorporação de Ações foi negociada livremente entre os administradores da Companhia e os administradores e acionistas da Petix. **7.16.6.** Consignar que não será conferido direito de

retirada aos acionistas da Companhia que não aprovaram a Incorporação de Ações, uma vez que as ações da Companhia preenchem os requisitos de liquidez (integram a carteira teórica do Índice Bovespa – Ibovespa) e de dispersão (o acionista controlador é titular de menos da metade das ações ordinárias), nos termos do artigo 252, § 1º e do artigo 137, II, da Lei das S.A. **7.16.7.** Consignar que, uma vez efetivada a Incorporação de Ações, nos termos do Protocolo e Justificação, diante da verificação (ou renúncia, conforme o caso) das condições suspensivas aplicáveis, conforme declarado pelo Conselho de Administração da Companhia, a Petix continuará existindo, e se tornará subsidiária integral da Companhia, e os acionistas da Petix passarão a ter participação direta na Companhia. **7.17.** Aprovar, por unanimidade, desconsideadas as abstenções, conforme votos registrados no mapa de votação constante do Anexo I, a alteração do art. 4º, caput, do Estatuto Social da Companhia, para atualização da cifra do capital social da Companhia e do número de ações emitidas, de modo a refletir o aumento de capital aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 25/02/2022, dentro do limite do capital autorizado previsto no Estatuto Social da Companhia; **7.17.1.** Consignar que, tendo em vista a aprovação constante do item 7.17 acima, o art. 4º, caput, do Estatuto Social da Companhia, passará a vigorar com a seguinte nova redação: "**Artigo 4º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 1.724.258.535,02, representado por 459.940.195 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal ("Capital Social")**". **7.18.** Aprovar, por unanimidade, desconsideadas as abstenções, conforme votos registrados no mapa de votação constante do Anexo I, alteração do artigo 16 (d) (xviii) e a inclusão de novo inciso (xix) ao referido artigo do Estatuto Social da Companhia, com a consequente renumeração dos incisos, para atualização das competências do Conselho de Administração relacionadas à emissão de títulos ou valores mobiliários de dívida. **7.18.1.** Consignar que, tendo em vista a aprovação constante do item 7.18 acima, o art. 16 (d) (xviii) e o novo inciso (xix), do Estatuto Social da Companhia, passarão a vigorar com a seguinte nova redação: "**Artigo 16. Dentre outras deliberações previstas em lei, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre as seguintes matérias. (...) (xviii) aprovar os seguintes atos e negócios, cujo valor (considerado o ato ou negócio isoladamente ou um conjunto de atos e negócios correlacionados e de mesma natureza) supere a quantia equivalente a 1% (um por cento) do faturamento bruto da Companhia apurado no período compreendido entre o 1º e o 12º meses que antecederem a reunião do Conselho de Administração em que houver a respectiva deliberação: (...) d. aprovar qualquer operação financeira envolvendo a Companhia; e (...) (xix) aprovar a emissão, pela Companhia: (i) de debêntures conversíveis ou não em ação, observado o disposto no art. 4º, parágrafo quinto deste Estatuto Social; e (ii) de quaisquer outros títulos ou valores mobiliários de dívida, incluindo notas promissórias, independentemente do valor."** **7.19.** Aprovar, por unanimidade, desconsideadas as abstenções, conforme votos registrados no mapa de votação constante do Anexo I, a Consolidação do Estatuto Social da Companhia, contemplando as alterações acima deliberadas, passará a vigorar com a redação constante do Anexo II à presente ata. **7.20.** Aprovar, por maioria, desconsideadas as abstenções, conforme votos registrados no mapa de votação constante do Anexo I, a ratificação do valor da remuneração global anual dos administradores para o exercício social encerrado em 31/12/2021, aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 30/04/2021 ("AGO 2021"), que passará do valor total de R\$ 10.284.379,64, incluindo salário/pró-labore, benefícios e remuneração variável, para o valor total de R\$ 20.131.126,25. **7.21.** Aprovar, por unanimidade, desconsideadas as abstenções, conforme votos registrados no mapa de votação constante do Anexo I, a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações ora aprovadas, incluindo declarar a verificação das condições suspensivas (ou renúncia a elas, conforme o caso), e declarar a produção de efeitos da Incorporação de Ações e do aumento do capital social. Consignar que, conforme deliberado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 25/03/2022, a Companhia não mais realizará as publicações previstas na legislação societária no jornal "Gazeta de São Paulo", passando a fazê-las no jornal "Data Mercantil". **8. Documentos:** Não houve apresentação de documentos e manifestações de voto apresentados por escrito pelos acionistas. **9. Encerramento:** Não havendo nada mais a tratar, o presidente declarou a assembleia encerrada às 11h20 e suspendeu os trabalhos até às 11h42 para a lavratura da presente ata, na forma de sumário dos fatos ocorridos, contendo transcrição apenas das deliberações tomadas e sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme dispõe o artigo 130, §§ 1º e 2º da Lei das S.A. Nesses termos, lida e achada conforme, a ata foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 26/04/2022. **Mesa:** Cláudio Roberto Ely – Presidente; Alessandra Zequi – Secretária. **Representante da Administração:** Aline Ferreira Penna Peli. **Representante do Comitê de Auditoria:** Vanessa Tondato. **Representante da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.:** Marcelo de Figueiredo Seixas. **Representante da Account Assesores Ltda.:** José Carlos Vincoletto. **Acionistas:** 3M Employee Retirement Income Plan Trust; Absolute LLC; Alaska Permanent Fund; Allianz Global Investors Fund – Allianz Pet And An American Century World Mutual Funds, INC. – Emerging M S C F; Aquarius International Fund; Ark Global Emerging Companies, LP; Bnym Mellon CF SL ACWI EX-U.S. IMI Fund; British Columbia Investment Management Corporation; BTG Família Previdência Fundo de Investimento em Ações; BTG Pactual Absoluto Brasil Equity FI RV; BTG Pactual Absoluto Fundo de Investimento de Ações Previdenciário; BTG Pactual Absoluto Institucional Master Fundo de Investimento de Ações; BTG Pactual Absoluto LS Master Fundo de Investimento de Ações; BTG Pactual Absoluto LS Master Fundo de Investimento Multimercado; BTG Pactual Absoluto LS Master Previdência Fundo de Investimento Multi; BTG Pactual Absoluto Master Fundo de Investimento de Ações; BTG Pactual Absoluto Previdência Fundo de Investimento de Ações; BTG Pactual Andromeda Fundo de Investimento de Ações; BTG Pactual ARF Equities Brasil Fundo de Investimento de Ações Investi (acionistas votando por boletim de voto a distância, p.p. Cláudio Roberto Ely); BTG Pactual B3 Ibovespa Fund de Índice; BTG Pactual Multi Ações Fundo de Investimento de Ações; BTG Pactual Sicav Latin American Equity Fund; BTG Pactual SMLL B3 Fundo de Índice; BTGP Absoluto LS B Prev Fife Fundo de Investimento Multimercado Crédito; Buritys Fundo de Investimento em Ações; Caisse de Depot Et Placement Du Quebec; California Public Employees Retirement System; Canada Post Corporation Registered Pension Plan; CCL Q Global Small Cap Equity Fund; CCL Q International Small Cap Equity Fund; CDN ACWI Alpha Tilts Fund; Citi Retirement Savings Plan; Citigroup Pension Plan; City of Los Angeles Fire and Police Pension Plan; College Retirement Equities Fund; Commonwealth of Pennsylvania Pub.School Emp Ret S; Coronation Global Emerging Markets Flexible Zar Fund; Custody Bank of Japan, Ltd. STB Brazil Stock M. F.; Dela Depository Asset Management B.V.; Desjardins Emerging Markets Fund; Driehaus Emerging Markets Fund, L.P. Driehaus Emerging Markets Growth Fund; Emer Mkts Core EQ Port DFA Invest Dimens Grou; Emerging Markets Small Capit Equity Index Non-Lendable Fund; Emerging Markets Small Capitalization Equity Index Fund; Emerging Markets Small Capitalization Equity Index Fund; Employees Ret System of the State of Hawaii; Encore Ações FIA; Encore LB XP Seguros Prev 100 Fim; (acionistas votando por boletim de voto a distância, p.p. Cláudio Roberto Ely); Encore Long Bias Fim; Equitas Master Ações Previdenciária FI; Equitas Master Selection FI Ações; Equitas Prev Master FI Ações; Equitas Prev XP Master Fia; Equitas Previdência FI Multimercado; Equitas Seleção Institucional Master FI Ações; ERS Public Equity Emerging Manager II LP; Fama Master Fundo de Investimento de Ações; Febe Valor Fundo de Investimento em Ações; Fidelity Salem Street T; Fidelity Total Intex Index Fund; Flexshares Morningstar Emerging Markets Factor Tilt Index F; Florida Retirement System Trust Fund; FP Neo Total Return Fundo de Investimento em Ações; Fundo de Investimento de Ações Amis; Fundo de Investimento em Ações São Conrado; Genesis Emerging Markets Fund Limited; Genipabu FIA; Global Alpha Tilts Fund A; Government of Singapore; Grandeur Peak Emerging Markets Opportunities Fund; Grandeur Peak Global Explorer Fund; Grandeur Peak Global Reach Fund; Greatbanc Collective Investment Trust IV; Gregory Louis Reider; IBM Diversified Global Equity Fund; Illinois Municipal Retirement Fund; International Monetary Fund; Ishares Core MSCI Emerging Markets ETF; Ishares Emerging Markets IMI Equity Index Fund; Ishares III Public Limited Company; Ishares IV Public Limited Company; Ishares MSCI Brazil Small CAP ETF; Ishares MSCI Emerging Markets Small Cap ETF; Ishares Public Limited Company; Jesselton Global Small Cap Equity Fund LP; Joule Value Master Fundo de Investimento em Ações; Laborers and Retirement Board Employees Annuity Benefit; Lazard Emerging Markets Core Equity Portfolio (acionistas votando por boletim de voto a distância, p.p. Cláudio Roberto Ely); Lazard Emerging Markets Core Equity Trust; Lazard Global Active Funds, PLC; Legal And General Assurance Pensions MNG Ltd; Liontrust Investment Funds I – Liontrust Latin America Fund; Mackenzie Maximum Diversification Emerging Markets Index ETF; Mercer QIF Fund PLC; MFS Meridian Funds – Latin American Equity Fund; Ministry of Economy and Finance Municipal E Annuity A B Fund of Chicago; Neo Future Master Fundo de Investimento em Ações; NEO Navitas B Master Fundo de Investimento em Ações; Neo Navitas Gestão de Recursos Ltda.; NEO Navitas Master Fundo de Investimento em Ações; NEO Navitas Prev Fundo de Investimento em Ações; Norges Bank; Northern Trust Collective Eafe Small Cap ETF; SSGA SPDR EFTS Europe I PLC; SSGATC I. F. F. T. E. R. P. S. M. E. M. S. C. I. S. L. F.; ST ST MSCI Emerging MKT SMLL CNI NON Lending Common TRT Fund; ST STR MSCI ACWI EX USA IMI Screened Non-Lending Comm TRF FD; State of New Jersey Common Pension Fund D; State ST GL ADV Trust Company INV FV TAX EX RET PLANS; State Street Global All Cap Equity Ex-US Index Portfolio; Sunsuper Superannuation Fund; TCW Americas Development Assoc.; TCW Concentrated Emerging Markets Equity Fund, L.P.; TCW Developing Markets Equity Fund; TCW Emerging

continua ...

... continuação da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26/04/2022 da Pet Center Comércio e Participações S.A. Markets Multi-Asset Opportunities Fund; TCW Emerging Markets Next Generation Technology FU; Teachers Retirement System of Oklahoma; Teachers Retirement System of The State of Illinois; Texas Municipal Retirement System; The Bank of New York Mellon EMP BEN Collective Invest FD PLA; The Board OF.A.C.E.R.S.Los Angeles, California; The Boeing Company Employee Retirement Plans Master Trust; The Chicago Pub.School Teachers P. and Retiree F; The GBC International Growth Fund; The Monetary Authority of Singapore; The Pension Boards – United Church of Christ, INC; The Pension Reserves Investment Management Board; The Regents of The University of California; The Walt Disney Company Retirement Plan Master Trust; Threadneedle Investment Funds ICVC – Latin America (acionistas votando por boletim de voto a distância, p.p. Cláudio Roberto Ely); Trinity Health Corporation; Univ of Pittsburgh Medical Center System; UPMC Health System Basic Retirement Plan; Utah State Retirement Systems; Vam Funds (LUX) – Emerging Markets Growth; Vanguard Emerging Markets Stock Index Fund; Vanguard ESG International; Vanguard F. T. C. INST. TOTAL INTL Stock M. Index Trust II; Vanguard Fiduciary TRT Company Instit T INTL STK Mkt Index T; Vanguard Funds PLC/Vanguard ESG Global All Cap U; Vanguard INV Funds ICVC-Vanguard FTSE Global All Cap Index F; Vanguard Investment Series PLC/Vanguard ESG Emer; Vanguard Total International Stock Index FD, A SE VAN S F; Vanguard Total World Stock Index Fund, A Series of; Verdipapirfondet DNB Global Emerging Markets; Wasatch Emerging Markets Small Cap Fund; Wasatch Frontier Emerging Small Countries Fund; Wasatch International Growth Fund; Wasatch Master Collective Investment Trust; William Blair Collective Investment Trust; William Blair Emerging Markets Growth Fund; William Blair Emerging Markets Growth Fund LLC; William Blair Emerging Markets Small Cap Growth Fund; William Blair International Small Cap Growth Fund; William Blair Sicav; William Blair Systematic International All Cap Core Fund LLC; Wisdomtree Emerging Markets Ex-State-Owned Enterprises Fund; (acionistas votando por boletim de voto a distância, p.p. Cláudio Roberto Ely); Atmos Institucional Master FIA; Atmos Master FIA; Atmos Terra FIA; Claudio Roberto Ely; Linus LLC; Luciano Rocha Sessim; Recovery FIA Investimento no Exterior; Sergio Zimmerman; Tania Zimmerman; Truxt Investments – Equity Long Master Fund LLC; Truxt Long Bias Master FIA; Truxt Long Bias Master FIM; Truxt Long Short Master FIM; Truxt Macro Master FIM; Truxt Multimanager BBDC FIM; Truxt Previdência FIA; Truxt Valor B Previdência Fife Master FIA; Truxt Valor Master FIA; Truxt Valor Master INST FIA; Truxt Valor Previdência Master F I em Ações (representados por Aline Ferreira Penna Peli, p.p. Cláudio Roberto Ely); BB Ações Governança F; BB CAP Ações Fundo de Investimento; BB CAP Ibovespa Indexado FIA; BB Eco Gold Fundo de Investimento em Ações; BB ETF Ibovespa Fundo de Índice; BB Mar Azul Ações Fundo de Investimento; BB Montanha Mágica FI Multimercado Crédito Privado LP; BB Previdência Ações IBRX Fundo de Investimento; BB Profeta FIM CP LP; BB Terra do Sol Fundo de Investimento MM Crédito Privado; BB TOP Ações Ibovespa Ativo FI; BB TOP Ações Ibovespa Indexado FI; BB TOP Ações Saúde Bem Estar FI; BB TOP Ações Setorial Consumo FI; BB TOP Ações Small Caps Fdo. de Investimento; Brasilprev Top A Fundo de Inv. de Ações; Brasilprev Top Plus Fdo. de Invest. de Ações (representados por André Preto Magri, p.p. Cláudio Roberto Ely); Bestinvest Latam, FI; BL – Banco BNP Brasil S.A.; DNB Fund; IT NOW Ibovespa Fundo de Índice; IT NOW IGCT Fundo de Índice; IT Now Small Caps Fundo de Índice; Itau Asgard Ações Fundo de Investimento; Itau Asgard Institucional Ações Fundo de Investimento; Itau Caixa Ações FI; Itau Governança Corporativa Ações FI; Itau Hedge Multimercado Fundo de Investimento; Itau Hedge Plus Multimercado FI; Itau Hunter Total Return Multimercado FI; Itau Ibovespa Ativo Master FIA; Itau IBRX Ativo Master FIA; Itau Index Ações Ibovespa FI; Itau Index Ações IBRX FI; Itau Long and Short Plus Multimercado FI; Itau Master Global Dinâmico Multimercado Fundo de Investimento; Itau Master Global Dinâmico Ultra Multimercado Fundo de Investimento; Itau Master HU Multimercado Fundo de Investimento; Itau Master Momento Ações Fundo de Investimento; Itau Momento ESG Ações Fundo de Investimento; Itau Momento II Ações Fundo de Investimento; Itau Momento IQ Ações Fundo de Investimento; Itau Multimercado Global Equity Hedge FI; Itau Multimercado Long and Short FI; Itau Optimus Extreme Multimercado Fundo de Investimento; Itau Optimus Long BIAS Multimercado Fundo de Investimento; Itau Optimus Titan Multimercado Fundo de Investimento (representados por Cristiano Marques de Godoy, p.p. Cláudio Roberto Ely); Itau Phoenix Ações FI; Itau Phoenix IQ Ações Fundo de Investimento; Itau Previdência IBRX FIA; Itau Quantamental GEMS Master Ações Fundo de Investimento; Itau Small Cap Master Fundo de Investimento em Ações; Long Bias Multimercado FI; Quantamental Hedge Master Fundo de Investimento Multimercado; WM Ibovespa Plus Fundo de Investimento em Ações; WM Small Cap Fundo de Investimento em Ações (representados por Cristiano Marques de Godoy, p.p. Cláudio Roberto Ely); Adolfo Campos Pereira; Anadia Rejane Araujo Mariano; Carolina Santos Labossiere; Caroline Canapi Dalago; Elisa de Carvalho Hanada; Felipe Diz; Guilherme Parize de Carvalho; Marcelo Silveira Maia; Marcio Alexandre; Marcos Vinicius do Nascimento; Mariana Murakoshi Pestelli; Priscila de Souza Assumpção; Rodrigo Fernandes da Cruz; Rodrigo Santoro Monteiro; Thadeu Diz; Treecorp Fundo de Investimento em Participações III Multiestratégia; Treecorp Pet Fundo de Investimento em Participações em Empresas Emerge; Vanessa Tondato (representados por Luisa Sisoneto de Mesquita, p.p. Cláudio Roberto Ely); Ágora Small Caps Index FIA; Bradesco Auto/RE Cia. Seguros – Susep RV; Bradesco F.M.P. – FGTS – Carteira Livre; Bradesco FIA Ibovespa Plus; Bradesco FIA IBRX Multiparticipação; Bradesco FIA Institucional IBRX Ativo; Bradesco FIA Master Ibovespa; Bradesco FIA Master IBRX; Bradesco FIA Master Previdência; Bradesco FIA Master Previdência Ibovespa Ativo; Bradesco FIA Master Small Cap; Bradesco Fundo de Investimento em Ações Saúde; Bradesco Global FIA IE; Bradesco H Fundo de Investimento de Ações Small Caps; Bradesco H Fundo de Investimento em Ações Ibovespa; Bradesco Multiparticipação F.M.P FGTS CL; Bradesco Private FIA Ibovespa Ativo; Bradesco Saúde – Livre RV; Bradesco Vida e Previdência – Gestão Bram – Livre RV; Bradeseg Participações S/A; Bram Alocação Sistemática FIA Brasil; Bram FF Índice Ativo FIA (Espelho); Bram FIA Ibovespa; Bram FIA Ibovespa Ativo; Bram FIA IBRX Ativo; Bram Fundo de Investimento de Ações Small Caps; Bram Fundo de Investimento em Ações; Bram H FIA Institucional; Bram H Fundo de Investimento em Ações Ibovespa Gestão; Bram H Fundo de Investimento em Ações Passivo IBRX; ETF Bradesco Ibovespa Fundo de Índice; FIA Ibovespa 157 (representados por Matheus Guilherme Pereira da Silva, p.p. Cláudio Roberto Ely); Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil Previ (representados por Katia Luzia Antunes Bittencourt, p.p. Cláudio Roberto Ely); SFA Master FIA – BDR Nível I (representados por Rafael Machado Chacur, p.p. Cláudio Roberto Ely). **Anexo II – Estatuto Social Consolidado. Nome e Duração. Artigo 1º.** Pet Center Comércio e Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, com prazo de duração indeterminado, regida pelo disposto neste Estatuto Social, pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15.12.1976, e suas alterações posteriores (“Lei das Sociedades por Ações”), e pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Regulamento do Novo Mercado”) e “B3”, respectivamente. **Parágrafo Primeiro.** Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 (“Novo Mercado”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado. **Parágrafo Segundo.** Em caso de conflito entre as regras deste Estatuto Social e as regras do Regulamento do Novo Mercado, prevalecerão as disposições do Regulamento do Novo Mercado. **Sede Social. Artigo 2º.** A Companhia tem sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Guarantã, nº 555/587, Pari, CEP 03035-050, podendo abrir, alterar o endereço e encerrar filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante deliberação da Diretoria. **Objeto Social. Artigo 3º.** A Sociedade tem por objeto (I) importação, exportação e comércio (inclusive via internet e-commerce) de artigos para animais, rações, acessórios, produtos de uso veterinário, produtos “pet”, medicamentos e outros produtos farmacêuticos e agropecuários em geral, produtos para consumo humano, artigos de piscina, caça e pesca náutica; (II) importação, exportação e comércio (inclusive via internet e-commerce) de pássaros, aves, animais mamíferos, animais aquáticos vivos, animais exóticos, plantas, flores, sementes; (III) hospital veterinário 24 horas, com serviços de consultório, clínica veterinária, realização de exames, internação, cirurgias e demais procedimentos característicos, prestação de serviços de banho e tosa em animais domésticos; (IV) prestação de serviços de hotel, alojamento, creche para animais domésticos; (V) a administração e oferecimento de planos de saúde para animais domésticos; (VI) o oferecimento de serviços acessórios veterinários em geral, tais como atendimento domiciliar, teleatendimento e prontuários em geral; (VII) prestação de serviços de estacionamento em geral; (VIII) comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente; (IX) comércio varejista de bebidas; (X) atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; (XI) outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente e (XII) a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista. **Capital Social e Ações. Artigo 4º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 1.724.258.535,02, representado por 459.940.195 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (“Capital Social”). **Parágrafo Primeiro.** Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Acionistas, cujas deliberações serão tomadas na forma da legislação aplicável. **Parágrafo Segundo.** Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. O custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, sendo respeitados os limites impostos pela legislação vigente. **Parágrafo Terceiro.** O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na forma do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, independentemente de deliberação da Assembleia Geral e de reforma estatutária, mediante a emissão de até 100.000.000 de ações ordinárias, por deliberação do

Conselho de Administração (“Capital Autorizado”). **Parágrafo Quarto.** Dentro do limite do Capital Autorizado, competirá ao Conselho de Administração fixar o preço e o número de ações a serem subscritas, bem como o prazo e condições de subscrição e integralização, exceção feita à integralização em bens, que dependerá da aprovação da Assembleia Geral, na forma da Lei das Sociedades por Ações. O limite do Capital Autorizado deverá ser automaticamente ajustado em caso de grupamento ou desdobramentos de ações. **Parágrafo Quinto.** A critério do Conselho de Administração, poderá ser realizada emissão, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o artigo 171, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do Capital Autorizado. **Parágrafo Sexto.** Observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis e mediante deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá adquirir ações de sua própria emissão para permanência em tesouraria e posterior alienação, inclusive no âmbito de planos de opção de compra ou subscrição de ações aprovados em Assembleia Geral, ou para cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas (exceto pela reserva legal) e sem diminuição do seu Capital Social. **Parágrafo Sétimo.** É expressamente vedada a criação de partes beneficiárias na Companhia, bem como a existência desses títulos em circulação, além da emissão de ações preferenciais. **Parágrafo Oitavo.** As ações serão indivisíveis perante a Companhia, que não lhes reconhecerá mais de um proprietário para cada unidade. **Assembleia Geral de Acionistas. Artigo 5º.** As Assembleias Gerais de Acionistas poderão ser ordinárias ou extraordinárias, sendo que as Assembleias Gerais Ordinárias realizar-se-ão uma vez por ano, nos 4 primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, a fim de deliberar as matérias constantes do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 6º.** As Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas sempre que necessário, quando os interesses sociais assim o exigirem, ou quando as disposições do presente Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos Acionistas. **Artigo 7º.** As Assembleias Gerais, Ordinárias ou Extraordinárias, serão convocadas pelo Conselho de Administração da Companhia mediante deliberação da maioria de seus membros, ou, nos casos previstos em lei, pelo Conselho Fiscal, quando instalado, ou por acionistas, em qualquer caso, conforme procedimentos descritos na legislação aplicável. **Parágrafo Único.** Serão dispensadas as formalidades de convocação previstas neste Artigo 7º, caso comparem à Assembleia Geral os Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do parágrafo 4º, do Art. 124 da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 8º.** As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na ausência deste, por um conselheiro ou acionista presente que seja indicado pela maioria dos Acionistas presentes, sendo secretariadas por pessoa indicada pelo Presidente da Assembleia Geral. **Artigo 9º.** As Assembleias Gerais instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 das ações emitidas, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei, e, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas presentes, nos termos do artigo 125 da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 10º.** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei, serão tomadas por maioria de votos dos presentes, não se computando os votos em branco. **Parágrafo Primeiro.** A Assembleia Geral somente poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, sendo vedada a aprovação de matérias sob a rubrica genérica. **Artigo 11.** Compete exclusivamente à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei: (i) alterar e/ou reformar o Estatuto Social, inclusive procedendo ao aumento e/ou redução de capital social; (ii) eleger e/ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando houver, bem como definir o número de cargos a serem preenchidos no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal da Companhia; (iii) tomar, anualmente, as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (iv) deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, transformação ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Companhia, sobre a eleição e destituição de liquidantes, bem como sobre o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação, e o julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação; (v) apresentar pedidos de recuperação judicial ou extrajudicial, ou de autofalência; (vi) fixar o limite global anual da remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e, se instalado, do Conselho Fiscal; observado que caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição individual da remuneração do próprio Conselho de Administração, da Diretoria e, se instalado, do Conselho Fiscal; (vii) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações; (viii) aprovar planos de opção de ações ou instrumentos similares que envolvam a emissão de ações pela Companhia, ou a entrega de ações em tesouraria, em favor de qualquer administrador, empregado ou qualquer pessoa natural que preste serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia; (ix) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício; (x) ressaltado o limite do Capital Autorizado, deliberar sobre aumento ou redução do capital social, bem como qualquer decisão que envolva resgate ou amortização de ações, em conformidade com as disposições deste Estatuto Social, excetuando a disposição prevista no Artigo 4º deste Estatuto Social; (xi) observadas as competências do Conselho de Administração dispostas neste Estatuto Social e o limite do Capital Autorizado, deliberar sobre qualquer emissão de ações ou títulos conversíveis em ações; (xii) dispensar a realização de oferta pública de aquisição de ações (“OPA”) para saída do Novo Mercado, nos termos do Regulamento do Novo Mercado; e (xiii) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração. **Administração da Companhia. Artigo 12.** A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria, que terão as atribuições conferidas por lei e pelo presente Estatuto Social. **Parágrafo Primeiro.** A posse dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 30 abaixo. **Parágrafo Segundo.** Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, exceto na hipótese de vacância, observados os termos Regulamento do Novo Mercado. **Conselho de Administração. Artigo 13.** O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 5 e, no máximo, 7 membros efetivos, podendo ser eleitos até o mesmo número de suplentes, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 anos, sendo permitida e reeleição. **Parágrafo Primeiro.** Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 ou 20%, o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger. **Parágrafo Segundo.** Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior, nos termos do Regulamento do Novo Mercado. **Parágrafo Terceiro.** O Conselho de Administração elegerá, dentre seus membros, seu Presidente, devendo tal eleição ocorrer na primeira reunião após a posse dos Conselheiros ou na primeira reunião seguinte à ocorrência de vacância desses cargos. **Artigo 14.** O Conselho de Administração se reunirá, sempre que necessário, mediante convocação por escrito de qualquer dos seus membros, com antecedência mínima de 5 dias úteis e com a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados, ressalvadas os casos de urgência, nos quais as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima, desde que inequívocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho. As convocações poderão ser feitas por carta com aviso de recebimento, fax ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação de recebimento. **Parágrafo Primeiro.** As reuniões do Conselho de Administração somente poderão ser instaladas, em primeira ou segunda convocação, com a presença da maioria de seus membros, pessoalmente ou na forma do Parágrafo Segundo abaixo. **Parágrafo Segundo.** Será também considerado presente às reuniões do Conselho de Administração o conselheiro que participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de teleconferência ou videoconferência, desde que todos os participantes possam ser claramente identificados e ouvidos, admitida a gravação destas. **Parágrafo Terceiro.** Em caso de vacância do cargo de membro do Conselho de Administração, o conselheiro que ocupava o referido cargo vacante será substituído por seu respectivo suplente, se houver. Na hipótese de inexistência ou de vacância do cargo de membro suplente, os conselheiros remanescentes indicarão, de comum acordo, o substituto, que completará o mandato do conselheiro substituído. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder a nova eleição. Para fins deste parágrafo, ocorre vacância com a destituição, morte, renúncia ou invalidez permanente do membro do Conselho de Administração. **Parágrafo Quarto.** Em caso de impedimento temporário ou ausência, o membro do Conselho de Administração temporariamente impedido ou ausente poderá ser substituído por seu respectivo suplente, se houver. Na hipótese de inexistência ou de vacância do cargo de membro suplente, os conselheiros remanescentes indicarão, de comum acordo, um membro do Conselho de Administração para exercer as atividades do conselheiro ausente ou impedido, como interino, até o retorno efetivo deste. **Parágrafo Quinto.** Ao término de cada reunião deverá ser lavrada ata, que deverá ser assinada por todos os Conselheiros fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por Conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata. **Parágrafo Sexto.** Os Conselheiros deverão abster-se de intervir e votar nas deliberações relacionadas a assuntos sobre os quais tenham ou representem interesse conflitante com a Companhia, devendo respeitar as regras

relativas a conflito de interesse estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 15.** As reuniões do Conselho de Administração serão presididas por seu Presidente ou, na ausência deste, por qualquer outro membro do Conselho de Administração, escolhido pela maioria dos presentes. O secretário será escolhido dentre qualquer dos presentes pelo presidente da mesa. **Artigo 16.** Dentre outras deliberações previstas em lei, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre as seguintes matérias: (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, inclusive aprovando plano de negócios, política de investimentos, avaliação da governança e da remuneração da Companhia e das sociedades controladas, coligadas ou investidas, em que detenha o controle; (ii) aprovar propostas de reforma estatutária, a serem submetidas à Assembleia Geral, os regulamentos do Conselho de Administração, bem como a formação e regulamentação de Comitês do Conselho de Administração; (iii) eleger e destituir os membros da Diretoria, bem como definir o número de cargos a serem preenchidos na Diretoria da Companhia, e atribuir aos Diretores suas respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificados neste Estatuto Social; (iv) fiscalizar a gestão dos Diretores e examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, além de solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros atos, seja de controladas, coligadas ou investidas; (v) convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente ou nas hipóteses previstas em lei; (vi) apreciar o relatório da administração, balanços, demonstrações financeiras, outros documentos previstos no artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações e as contas da Diretoria; (vii) aprovar *ad referendum* da Assembleia Geral, o pagamento de dividendos intermediários e intercambios e/ou pagamentos de juros sobre capital próprio; (viii) aprovar o aumento de capital social da Companhia, ou emissão de ações ou de títulos conversíveis ou permutáveis por ações, independentemente de reforma estatutária, dentro do limite do Capital Autorizado; (ix) deliberar sobre a remuneração individual dos administradores dentro do limite máximo anual estabelecido pela Assembleia Geral; (x) deliberar sobre qualquer operação que envolva a aquisição, oneração e alienação de qualquer participação em qualquer sociedade que atue no Brasil ou no exterior, bem como a criação de subsidiárias, ou de quaisquer associações, consórcios, *joint ventures* ou associações similares relevantes com terceiros; (xi) escolher e destituir a qualquer tempo os auditores independentes; (xii) autorizar qualquer mudança nas políticas contábeis da Companhia, exceto se exigido pelos princípios contábeis geralmente aceitos nas jurisdições em que a Companhia opera; (xiii) observadas as normas expedidas pela CVM, deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, ou sobre o lançamento de opções de venda e compra, referenciadas em ações de emissão da Companhia, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação; (xiv) outorgar, de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, opção de compra ou subscrição de ações, participação nos lucros ou no resultado na Companhia (exceto o pagamento de participação nos lucros decorrentes dos Acordos Coletivos de Trabalho em vigor que tenham sido aprovados pelo Conselho) em favor dos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia, direta ou indiretamente; (xv) aprovar a política de franquia a ser observada pela Companhia; (xvi) aprovar a celebração de qualquer contrato ou negócio de qualquer natureza, bem como suas alterações, aditamentos ou rescisões, entre, de um lado, a Companhia e/ou qualquer de suas controladas e, de outro, qualquer dos acionistas ou administradores da Companhia, seus respectivos cônjuges, ascendentes, parentes até o terceiro grau, sociedades controladas, seus controladores ou pessoas sob controle comum; (xvii) aprovar o plano de negócios da Companhia, bem como as propostas de qualquer alteração do plano de negócios aprovado, e ainda acompanhar e fiscalizar o cumprimento do plano de negócios pela Companhia; (xviii) aprovar os seguintes atos e negócios, cujo valor (considerado o ato ou negócio isoladamente ou um conjunto de atos e negócios correlacionados e de mesma natureza) supere a quantia equivalente a 1% do faturamento bruto da Companhia apurado no período compreendido entre o 1º e o 12º meses que antecederem a reunião do Conselho de Administração em que houver a respectiva deliberação: a. aprovar a venda, alienação ou oneração de ativos, direitos ou bens; b. aprovar a aquisição de ativos, direitos ou bens; c. aprovar a realização de novos investimentos pela Companhia; d. aprovar qualquer operação financeira envolvendo a Companhia; e. e. propor ações judiciais ou fazer acordos no curso de ações judiciais. (xix) aprovar a emissão pela Companhia: (i) de debêntures conversíveis ou não em ação, observado o disposto no art. 4º, parágrafo quinto deste Estatuto Social; e (ii) de quaisquer outros títulos ou valores mobiliários de dívida, incluindo notas promissórias, independentemente do valor; (xx) aprovar a criação de ónus reais sobre os bens da Companhia ou a outorga de garantias, reais ou fiduciárias, incluindo aval e fiança, (a) a terceiros, ou (b) em benefício da Companhia ou de qualquer subsidiária da Companhia; (xxi) aprovar a celebração de qualquer transação, contrato, parceria, convênio ou acordos com pessoas do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, bem como, como autarquias, empresas estatais e fundações, acima de R\$ 50.000,00 por transação, contrato, parceria, convênio ou acordo; (xxii) aprovar as atribuições da área de auditoria interna; (xxiii) aprovar o orçamento do comitê de auditoria da Companhia, da área de auditoria interna e de eventuais outros comitês que sejam constituídos; (xxiv) aprovar os regimentos internos ou atos regimentais da Companhia e sua estrutura administrativa, incluindo, mas não se limitando a: (a) Código de Conduta; (b) Política de Remuneração; (c) Política de Indicação e Preenchimento de Cargos de Conselho de Administração, comitês de assessoramento e diretoria estatutária; (c) Política de Gerenciamento de Riscos; (d) Política de Transações com Partes Relacionadas; (e) Política de Negociação de Valores Mobiliários; e (f) Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, a exclusivo critério, desde que obrigatórios pela legislação e regulamentação aplicáveis; (xxv) manifestar-se a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 dias contados da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM. **Parágrafo Único.** As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto da maioria dos conselheiros eleitos. **Diretoria. Artigo 17.** A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 e, no máximo 6 Diretores, residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo 1 Diretor Presidente, 1 Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e os demais Diretores sem designação específica. **Parágrafo Primeiro.** O mandato dos membros da Diretoria será de 2 anos, podendo ser reeleitos. Os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores. **Parágrafo Segundo.** As competências dos Diretores sem designação específicas serão fixadas pelo Conselho de Administração, no momento de sua eleição. **Artigo 18.** Compete à Diretoria a representação da Companhia, ativa e passivamente, bem como a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitados os limites previstos em lei, no presente Estatuto Social. **Parágrafo Primeiro.** Compete ao Diretor Presidente: (i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (ii) exercer a direção executiva da Companhia, coordenar e supervisionar as atividades dos demais diretores, diligenciando para que sejam cumpridas e observadas as deliberações e as diretrizes fixadas por este Estatuto Social, pelas reuniões da Diretoria, pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral; (iii) executar as estratégias e diretrizes operacionais da Companhia deliberadas pelo Conselho de Administração, bem como estabelecer os critérios para a execução de referidas estratégias e diretrizes operacionais; (iv) delegar competência aos demais diretores, bem como a prática de atos específicos, de acordo com as conveniências de gestão; (v) selecionar e submeter ao Conselho de Administração os nomes dos candidatos a cargos de diretor da Companhia, a serem eleitos pelo Conselho de Administração, e propor a destituição de qualquer diretor da Companhia; (vi) observados os limites já previstos neste Estatuto Social, propor ao Conselho de Administração os limites de alçada individual dos demais Diretores, respeitados os limites já previstos neste Estatuto Social, que aprovará a política interna contendo essas alçadas; (vii) indicar, dentre os diretores, os substitutos de qualquer membro da diretoria em casos de impedimento temporário ou ausência destes; (viii) elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração, anualmente, o plano de negócios; (ix) elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração, anualmente, (a) a política de recursos humanos e remuneração da Companhia, incluindo planos que disponham sobre a admissão, carreira, acesso, benefícios e regime disciplinar dos empregados da Companhia, bem como (b) a proposta de remuneração individual dos diretores, e (c) os critérios de remuneração dos funcionários da Companhia, e executar as políticas aprovadas; (x) elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração, anualmente, a política de marketing da Companhia; (xi) planejar e conduzir as operações da Companhia observadas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, exercer a supervisão de todas as atividades da Companhia, e reportar ao Conselho de Administração as atividades da Companhia, o andamento de suas operações e o desempenho econômico-financeiro da Companhia; (xii) observado o disposto no Artigo 16 acima, praticar todos e quaisquer atos já previstos no plano de negócios aprovado; (xiii) administrar, gerir e superintender os negócios sociais, e emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários, para se fazer cumprir a orientação geral do Conselho de Administração acerca dos negócios da Companhia; (xiv) exercer outros poderes e atribuições que não forem conferidos aos demais diretores e as que lhe forem, de tempos em tempos, conferidos pelo Conselho de Administração; (xv) observado o disposto no Artigo 16 acima, identificar, avaliar e propor ao Conselho de Administração oportunidades de investimento e/ou desinvestimento, e executar os investimentos e desinvestimentos previamente aprovados no plano de negócios; (xvi) observado o disposto no Artigo 16 acima, autorizar a contratação de

continua ...

Publicidade Legal

... continuação da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26/04/2022 da Pet Center Comércio e Participações S.A. quaisquer operações de empréstimos ou financiamentos previstos no plano de negócios, e solicitar ao Conselho de Administração a contratação de empréstimos e financiamentos; (xvii) orientar a condução ou conduzir as negociações em qualquer controvérsia ou disputa relevante envolvendo a Companhia e terceiros; (xviii) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior; (xix) representar a Companhia frente aos diversos públicos e nas responsabilidades de relacionamento e políticas institucionais, tendo para tanto o apoio do Presidente do Conselho de Administração; e (xx) submeter à aprovação do Conselho de Administração, as matérias listadas no Artigo 16. **Parágrafo Primeiro.** Nas ausências e impedimentos temporários do Diretor Presidente o mesmo será substituído pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores agindo, em conjunto, com qualquer outro Diretor indicado pelo Diretor Presidente. **Parágrafo Segundo.** Compete ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: (i) auxiliar o Diretor Presidente na coordenação da ação dos Diretores e direção da execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia; (ii) observado o disposto no Artigo 16 acima, propor alternativas de financiamento e aprovar condições financeiras dos negócios da Companhia; (iii) administrar o caixa e as contas a pagar e a receber da Companhia; (iv) dirigir as áreas contábil, de planejamento financeiro e fiscal/tributária; (v) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais; (vi) prestar informações ao público investidor, à CVM, às Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; e (vii) manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM. **Artigo 19.** Observadas as disposições contidas neste Estatuto Social, a representação da Companhia em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros e repartições públicas federais, estaduais ou municipais, compete a todos os Diretores, para os quais será necessária a assinatura (i) do Diretor Presidente em conjunto com o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; (ii) do Diretor Presidente ou do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, sempre em conjunto com o Diretor; (iii) do Diretor Presidente ou do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, sempre em conjunto com um bastante procurador; ou (iv) de 2 procuradores em conjunto, observado o Parágrafo Primeiro abaixo. **Parágrafo Primeiro.** As procurações outorgadas em nome da Companhia o serão sempre na forma do item "I" do caput deste Artigo 19, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, deverão ter um período máximo de validade de 1 ano. **Parágrafo Segundo.** Na ausência de determinação de período de validade nas procurações outorgadas pela Companhia, presumir-se-á que as mesmas foram outorgadas pelo prazo de 1 ano. **Parágrafo Terceiro.** A Companhia poderá ser representada por apenas 1 Diretor ou 1 procurador (i) quando houver expressa autorização pela Diretoria para o caso específico, autorização esta que deverá ser deliberada em reunião de Diretoria e consubstanciada em ata própria; e (ii) quando se tratar de atos de simples rotina administrativa, inclusive os praticados perante repartições públicas, sociedades de economia mista, Secretaria da Receita Federal, Secretarias das Fazendas Estaduais, Secretarias das Fazendas Municipais, Juntas Comerciais, Justiça do Trabalho, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores e outros de

idêntica natureza e Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Artigo 20.** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pela Assembleia Geral de Acionistas ou pelo Conselho de Administração, conforme aplicável. **Artigo 21.** As reuniões da Diretoria serão convocadas por qualquer dos Diretores, sempre que o interesse social assim exigir, sendo as deliberações tomadas por maioria de votos dos presentes. **Conselho Fiscal. Artigo 22.** O Conselho Fiscal funcionará em caráter não permanente e somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos Acionistas, nos termos da legislação aplicável. **Artigo 23.** O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por no mínimo 3 e no máximo 5 membros efetivos e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, sendo permitida a reeleição, com as atribuições e prazos de mandato previstos em lei. **Parágrafo Único.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será estabelecida pela Assembleia Geral que os eleger. **Artigo 24.** Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras. **Exercício Social e Lucros. Artigo 25.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparados. **Parágrafo Primeiro.** Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social. **Parágrafo Segundo.** Os Acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de no mínimo 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do Art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo Terceiro.** O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral, observada a legislação aplicável. **Parágrafo Quarto.** A Companhia poderá, a qualquer tempo, levantar balancetes em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou antecipados, que, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, acima referido. **Parágrafo Quinto.** Observadas as disposições legais pertinentes, a Companhia poderá pagar a seus Acionistas, por deliberação da Assembleia Geral, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Parágrafo Sexto.** As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas anualmente por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários – CVM. **Liquidação. Artigo 26.** A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar o modo de liquidação e indicar o liquidante. **Alienação de Controle. Artigo 27.** A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obriga a realizar OPA tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante. **Parágrafo Primeiro.** Em caso de alienação indireta do controle, o adquirente deve divulgar o valor atribuído à Companhia para os efeitos do preço da OPA, bem como divulgar a demonstração justificada desse valor. **Parágrafo Segundo.** Para os fins deste Artigo 27, entende-se por "controle" e seus termos corre-

latos o poder efetivamente utilizado por acionista de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. **Reestruturação Societária. Artigo 28.** Na hipótese de reorganização societária que envolva a transferência da base acionária da Companhia, as sociedades resultantes devem pleitear o ingresso no Novo Mercado em até 120 dias da data da Assembleia Geral que deliberou a referida reorganização. **Parágrafo Único.** Caso a reorganização envolva sociedades resultantes que não pretendam pleitear o ingresso no Novo Mercado, a maioria dos titulares das ações em circulação da Companhia presentes na assembleia geral deverão dar anuência a essa estrutura. **Saída Voluntária do Novo Mercado. Artigo 29.** Sem prejuízo do disposto no Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado deverá ser precedida de OPA que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre OPA para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos: (i) o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, o pedido de nova avaliação da Companhia na forma estabelecida na Lei das Sociedades por Ações; (ii) acionistas titulares de mais de 1/3 das ações em circulação deverão aceitar a OPA ou concordar expressamente com a saída do referido segmento sem a efetivação de alienação das ações. **Parágrafo Único.** A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização de oferta pública mencionada neste Artigo 29, na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral, nos termos do Regulamento do Novo Mercado. **Solução de Disputas. Artigo 30.** A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, quaisquer conflitos societários, incluindo, mas não se limitando a, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, e em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 07/12/1976, conforme alterada, na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes no Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação do Novo Mercado. **Disposições Finais. Artigo 31.** Em tudo o que for omissivo o presente Estatuto Social, serão aplicadas a Lei das Sociedades por Ações, o Regulamento do Novo Mercado e as demais disposições legais pertinentes. **Artigo 32.** Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral. **Artigo 33.** As disposições contidas nos Parágrafos 1º e 2º do Artigo 1º, item (xii) do Artigo 11, Parágrafos 1º e 2º do Artigo 12, Parágrafo 1º e 2º do Artigo 13, item (xxiii) do Artigo 16, Artigo 27, Artigo 28, Artigo 29, Artigo 30 somente terão eficácia a partir da data de entrada em vigor do Contrato de Participação do Novo Mercado, a ser celebrado entre a Companhia e a B3. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 279.801/22-1 em 01/06/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Víncula – Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Implantes S.A.

CNPJ/ME nº 01.025.974/0001-92 – NIRE 35.300.438.507

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de maio de 2022

1. **Data, Hora e Local:** 04/05/2022, às 10h00, na sede social da Companhia, na Avenida Brasil, nº 2.983, Rio Claro-SP. 2. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. 3. **Mesa:** Presidida pelo Sr. **Norberto Whitaker Sobral Jannuzzi** e secretariada pela Sra. **Janete Cesário**. 4. **Ordem do Dia:** Reuniram-se os membros do Conselho de Administração para discutir e deliberar sobre (i) a alteração do endereço da filial da Companhia localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e inscrita no CNPJ/ME sob o nº 01.025.974/0002-73 e consequente alteração da redação do Artigo 2º do Estatuto Social; e (ii) autorização à Diretoria da Companhia para tomar todas as providências necessárias para efetivar a deliberação ora tomada. 5. **Deliberações:** Foram tomadas as seguintes deliberações, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas: 5.1. Aprovar, para fins do Artigo 2º do Estatuto Social da Companhia, a alteração do endereço da filial da Companhia inscrita no CNPJ/ME sob nº 01.025.974/0002-73, que passa do atual Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, Salas 901, 908 a 914, Cidade Monções, CEP 04.571-900 para Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, Salas 901 e 911 a 914, Cidade Monções, CEP 04.571-900. 5.2. Tendo em vista o quanto deliberado no item 2.1 acima, aprovar a alteração da redação do Artigo 2º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigor com a seguinte nova redação: **Artigo 2º.** A Companhia tem sede e fora na Cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, na Av. Brasil, nº 2.983, Distrito Industrial, CEP 13505-600. **Parágrafo Primeiro.** Mediante deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá abrir ou fechar filiais, agências, escritórios e representações e quaisquer outros estabelecimentos, para a realização das atividades da Companhia em qualquer parte do território nacional. **Parágrafo Segundo.** A Companhia possui uma filial inscrita no CNPJ/ME 01.025.974/0002-73, com endereço na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, Salas 901 e 911 a 914, Cidade Monções, CEP 04.571-900. **Parágrafo Terceiro.** A Companhia possui uma filial inscrita no CNPJ/ME 01.025.974/0004-35, com endereço na Cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, na Avenida Brasil, nº 2.983, Sala 01, CEP 13.505-600. 5.3. Autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências necessárias para efetivar a deliberação ora aprovada, podendo assinar todo e qualquer documento e praticar todos os atos necessários para tanto, nos termos do Estatuto Social da Companhia. 6. **Encerramento:** Por fim, a palavra foi concedida àqueles que dela quisessem fazer uso, não existindo manifestações. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata na forma de sumário, conforme faculta o § 1º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações, a qual, lida e achada conforme, foi por todos assinada. Rio Claro/SP, 04/05/2022. **Mesa:** Norberto Whitaker Sobral Jannuzzi – Presidente; Janete Cesário – Secretária. **Conselheiros Presentes:** Norberto Whitaker Sobral Jannuzzi; Harry Peter Grandberg; José Roberto Correa Teixeira Ferraz; Andrés Marcelo Cima. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 281.204/22-6 em 02/06/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

North Go Participação e Administração Ltda.

CNPJ/ME nº 26.866.215/0001-83 – NIRE 35.232.816.548

Edital de Convocação para Reunião de Sócios

O administrador da sociedade limitada North Go Participação e Administração Ltda., no uso das atribuições que lhe confere o Contrato Social, convoca os sócios em condições de votar para se reunirem em Reunião de Sócios, a ser realizada no dia 15/06/2022 (quarta-feira), em 1ª chamada às 13:00hs e em 2ª chamada às 13:30hs., na sua sede social, na Rua Paracatu, n.º 309, conjunto 22, São Paulo-SP e CEP 04302-020, para deliberarem sobre os seguintes assuntos: 1. Destituição e eleição de administradores; e 2. Outros assuntos de interesse geral. São Paulo, 06/06/2022. **Danilo Keiti Sakau** – Administrador (07, 08 e 09/06/2022)

Lottus 1 Investimentos e Participações S.A.

CNPJ/ME nº 41.953.124/0001-79 – NIRE 35.300.575.270

Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária

O Diretor Presidente da Lottus 1 Investimentos e Participações S.A., no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os acionistas em condições de votar para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 15/06/2022 (quarta-feira), em primeira chamada às 16:00hs e em segunda chamada às 16:30hs., na sua sede social, na Avenida Paulista, nº 1.079, andar 7, Bairro Bela Vista, Município de São Paulo, Estado de São Paulo e CEP 01.311-200, para deliberarem sobre os seguintes assuntos: 1. Alteração da cláusula de administração do Estatuto Social e destituição de Diretor; 2. Inserir a arbitragem como forma de resolução de conflitos; e 3. Outros assuntos de interesse geral. São Paulo, 06/06/2022. **Danilo Keiti Sakau** – Diretor Presidente. (07, 08 e 09/06/2022)

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco:

comercial@datamercantil.com.br

Taxas de juros sobem com preocupações na área fiscal e pressão dos Treasuries

Os juros fecharam em alta nesta segunda-feira, 6, pressionados principalmente pela preocupação com o cenário fiscal em meio às incertezas sobre o pacote de combustíveis em discussão no Congresso, que já vinha trazendo cautela no fim da semana passada. O exterior também pesou, via rendimento dos Treasuries e aumento do dólar, com a taxa da T-Note de dez anos voltando a rodar acima de 3%.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2023 fechou a sessão regular em 13,445%, de 13,430% no ajuste de sexta-feira, 3, e a

do DI para janeiro de 2024 avançou de 13,026% para 13,075%. O DI para janeiro de 2025 encerrou com taxa de 12,475%, de 12,435% no ajuste anterior, e a do DI para janeiro de 2027 terminou em 12,395%, de 12,310%.

No caso dos vencimentos longos, mais sensíveis ao noticiário relativo às contas públicas, as taxas completaram a quarta sessão consecutiva de alta. Para o economista-chefe da Western Asset, Adauto Lima, a indefinição sobre o projeto para reduzir preços administrados é o principal fator de pressão sobre a curva, que também tem sofrido mais do que os outros ativos. “A depender do que for definido,

pode começar a pegar mais no câmbio também”, disse.

De acordo com ele, o prêmio de risco tem aumentado em função das frequentes mudanças na proposta, frente às resistências que o texto tem enfrentado no Senado, onde a influência dos governadores é mais forte. “Muda a toda hora e não se sabe mais o que está valendo”, disse.

O senador Fernando Bezerra (MDB-PE), relator do projeto de lei que estabelece um teto de 17% para o ICMS sobre os chamados bens essenciais, ainda negocia detalhes do texto. Para endossar a compensação da perda de receitas a Estados e municípios aprovada pela Câmara, o

governo propôs que os entes regionais aceitem uma redução ainda maior da alíquota, ou até zero, temporariamente até o fim do ano. Para zerar o tributo, cálculos preliminares apontam necessidade de compensação de pelo menos R\$ 22 bilhões, que é o limite que o governo topa bancar. Os governadores ficaram de apresentar uma contraproposta.

O presidente Jair Bolsonaro disse que espera que o ministro da Economia, Paulo Guedes, resolva a questão dos combustíveis na seara da tributação nos próximos dias e afirmou que sofre pressões para demiti-lo.

Isto é Dinheiro

Petróleo fecha em queda após notícia de venda de óleo venezuelano à Europa

Os contratos futuros de petróleo fecharam em queda nesta segunda-feira, 6. Os preços chegaram a subir durante a madrugada, diante de um maior sentimento de risco após o índice de gerentes de compras (PMI) composto da China de maio subir. Além disso, o óleo foi apoiado pela decisão da Arábia Saudita de elevar os preços de suas exportações de petróleo bruto para a Ásia e Europa. No entanto, o movimento não se sustentou, pois a commodity perdeu força após a notícia de que os Estados Unidos estudam permitir a venda de óleo venezuelano à Europa.

O petróleo WTI para julho fechou em baixa de 0,31% (US\$ 0,37), a US\$ 118,50 o barril, na New York Mercantile Exchange (Nymex), e o Brent para agosto caiu 0,18% (US\$ 0,21), a US\$ 119,51 o barril, na Intercontinental Exchange (ICE).

O PMI composto chinês subiu de 37,2 em abril para 42,2 em maio, de acordo com pesquisa divulgada pela S&P Global e a Caixin Media. Isto é Dinheiro

Trelleborg Santana de Parnaíba Indústria e Comercio de Soluções em Polímeros Ltda.

CNPJ/MF nº 13.183.047/0001-80

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Balancos Patrimoniais			Passivo e patrimônio líquido			Demonstrações de Resultado			Demonstrações dos Fluxos de Caixa			
Ativo	Nota	2021	2020	Nota	2021	2020	Nota	2021	2020	Nota	2021	2020
Circulante		54.255	68.401	Circulante		15.674	33.997	Receita líquida de vendas	13	98.442	82.991	
Caixa e equivalentes de caixa	3	6.467	13.192	Fornecedores		9.686	5.013	Custo das vendas	14	(71.599)	(57.618)	
Contas a receber de clientes	4	13.095	9.803	Partes relacionadas	17	2.218	25.124	Lucro bruto		26.843	25.373	
Estoques	5	20.354	22.728	Salários e encargos sociais		1.936	1.884	Despesas com vendas	14	(1.655)	(1.655)	
Tributos a recuperar	6	4.114	17.101	Tributos a recolher		814	1.552	Despesas administrativas	14	(9.102)	(9.174)	
Despesas antecipadas		468	437	Adiantamentos de clientes		–	29	Outras receitas operacionais, líquidas	14	1.346	3.895	
Partes relacionadas	17	7.983	4.592	Contas a pagar		–	–	Lucro operacional		17.433	18.439	
Adiantamento a fornecedores		1.772	548	Outros passivos		1.021	396	Receitas financeiras	15	534	53	
Outros ativos		–	–	Não circulante		2.484	2.163	Despesas financeiras	15	(2.884)	(2.797)	
Não circulante		112.034	99.160	Partes relacionadas	17	–	1	Variações monetárias e cambiais, líquidas	15	447	3.287	
Partes relacionadas	17	–	27	Imposto de Renda Diferido Passivo		144	156	Resultado financeiro		(1.903)	543	
Tributos a recuperar LP	6	24.701	11.551	Arrendamento Mercantil	20	75	110	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social das operações continuadas		15.530	18.982	
Imposto de Renda Diferido Ativo		25	35	Provisões para riscos	11	2.265	1.897	Imposto de renda e contribuição social				
Ativos atuariais	9	245	238	Patrimônio líquido		148.132	131.402	Diferido		1	(3)	
Direito de Uso de Ativos	20	73	104	Capital social	12	236.470	229.970	Corrente	10	(5.188)	(3.167)	
Imobilizado	7	29.038	29.249	Ajustes de exercícios anteriores		(118)	6.621	Lucro antes das operações descontinuadas		10.344	15.812	
Intangível	8	57.954	57.956	Prejuízos acumulados		(88.221)	(105.190)	Lucro/prejuízo do exercício das operações descontinuadas		17	–	
Total do ativo		166.289	167.561	Total do passivo e patrimônio líquido		166.289	167.561	Lucro (prejuízo) líquido do exercício		10.344	15.812	

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

1. Informações gerais – A Trelleborg Santana de Parnaíba Indústria e Comercio de Soluções em Polímeros Ltda. (“Sociedade”), é uma sociedade limitada com sede em Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo. A Sociedade é uma subsidiária integral do Grupo Trelleborg (Suécia). A Sociedade tem por objetivo a fabricação, venda, exportação e importação de mangueiras petrolíferas para aplicação em alto mar, em monoboias, plataformas e FPSOs (“Floating Production Storage Off-loading”), que trabalham na extração e processamento de petróleo e seus derivados, bem como a fabricação, venda exportação e importação de mangueiras industriais utilizadas em segmentos diversos como alimentos, fármacos, bebidas, máquinas e equipamentos, entre outros. A Sociedade também fabrica, vende, importa e exporta blanquetas de impressão para a indústria gráfica. A Sociedade poderá ainda, prestar serviços relacionados com os produtos acima mencionados. A Sociedade foi constituída em 1º de abril de 2011, mediante aquisição da divisão de mangueiras marítimas do Grupo Veyance Technologies do Brasil Produtos de Engenharia Ltda. A Sociedade recebeu, logo após a aquisição de suas operações no Brasil, aportes de capital e empréstimos de seus cotistas a fim de constituir capital de giro, tendo isso ocorrido após a aquisição da Sociedade em abril de 2011 e posteriormente, para a aquisição de 100% da participação na Sociedade Hetison Indústria e Comercio de Blanquetas Ltda. **Operações descontinuadas:** Em 31 de dezembro de 2017, a Administração da Sociedade decidiu descontinuar as operações do segmento de mangueiras marítimas devido ao seu baixo desempenho e, em 31 de dezembro de 2019, descontinuou o segmento de mangueiras industriais e, decidiu manter somente a operação de blanquetas de impressão. **2. Resumo das principais políticas contábeis** – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação e demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis da Sociedade. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 2.17. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021, foram aprovadas em 30 de março de 2022. **2.2. Conversão de moeda estrangeira:** a) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Sociedade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. b) Transações e saldos: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual seus respectivos valores são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com contas a receber de clientes, fornecedores e partes relacionadas são apresentados na demonstração do resultado como “Variações monetárias e cambiais, líquidas”. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade e suas controladas forem parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Ativos financeiros:** Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. **Classificação de ativos financeiros:** A Sociedade deve classificar ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao: (1) custo amortizado; (2) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou (3) valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da sociedade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. **Custo amortizado:** O ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: a) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e b) Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas: a) O ativo financeiro for mantido dentro de

modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e b) Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. **Valor justo por meio do resultado:** O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, a Sociedade pode efetuar uma escolha irrevogável no reconhecimento inicial para investimentos específicos em instrumento patrimonial, que de outro modo seriam mensurados ao valor justo por meio do resultado, de apresentar alterações subsequentes no valor justo em outros resultados abrangentes. **Passivos financeiros:** A Sociedade deve classificar todos os passivos financeiros como mensurados subsequentemente ao custo amortizado, exceto por: a) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esses passivos, incluindo derivativos que sejam passivos, devem ser mensurados subsequentemente ao valor justo; b) Passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável; c) Contratos de garantia financeira; d) Compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado; e) A contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios à qual se aplica o CPC 15. Essa contraprestação contingente deve ser mensurada subsequentemente ao valor justo com as alterações reconhecidas no resultado. **2.5. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Sociedade. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. **2.6. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem os custos com matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção (com base na capacidade operacional normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. A provisão para obsolescência é contabilizada levando-se em conta parâmetros pré-definidos que consideram o prazo de permanência dos itens em estoque. As importações em andamento e os adiantamentos para aquisição de estoques são demonstrados ao custo acumulado de cada transação. **2.7. Imobilizado:** O imobilizado da Sociedade é composto principalmente por edificações, benfeitorias, máquinas e equipamentos. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esse custo e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A Administração da Sociedade ainda procede o estudo e avaliação da vida útil dos ativos, conforme determinado pelo pronunciamento técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas, líquidas” na demonstração do resultado. **2.8. Direito de Uso de Ativos por operações de Arrendamento Mercantil:** Os arrendamentos mercantis que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios sobre o ativo objeto do arrendamento são classificados como arrendamentos mercantis financeiros. Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros operacionais, passando a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento. Com a adoção do IFRS 16, a companhia deixa de reconhecer custos e despesas operacionais oriundas de contratos de arrendamento mercantis operacionais e passa a reconhecer em sua demonstração de resultado: (i) os efeitos da depreciação dos direitos de uso dos ativos arrendados; e (ii) a despesa financeira e a variação cambial apuradas com base nos passivos financeiros dos contratos de arrendamento mercantil. As variações cambiais oriundas do saldo de passivos de arrendamento denominados em dólares norte-americanos podem ser objeto de designação em função das relações de hedge entre as variações cambiais de “exportações futuras altamente prováveis” (item protegido) e as variações cambiais de proporções de certas obrigações nessa moeda. A companhia adotou a isenção no reconhecimento de arrendamentos de curto prazo (prazo de 12 meses ou menos), sendo os pagamentos de arrendamento associados a esses contratos reconhecidos como despesa do exercício ao longo do prazo do contrato. **2.9. Ativos intangíveis:** **a) Ágio:** O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em exercícios subsequentes. Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação. **b) Softwares:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **2.10. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros “impairment”** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de Redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por Redução ao valor recuperável é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do Redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (JUGCs). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por redução ao valor recuperável, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do redução ao valor recuperável na data do balanço. **2.11. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.12. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: (a) a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada (“constructive obligation”) como resultado de eventos já ocorridos; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. **2.13. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Sociedade nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Atualmente, a Sociedade não constitui tributos diferidos sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa da contribuição social acumulados, já que não possui um plano formal para realização destes tributos em um futuro próximo. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes. **2.14. Benefícios a empregados:** a) Obrigações de aposentadoria. Nos planos de contribuição definida, a Sociedade faz contribuições para planos de seguro de pensão privados de forma obrigatória e contratual. A Sociedade não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada.

Demonstrações do Resultado Abrangente		
	2021	2020
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	10.344	15.812
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total do exercício	10.344	15.812

Demonstrações das Mutações no Patrimônio Líquido			
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/2016	229.970	(82.155)	147.815
Resultado do exercício	–	(27.245)	(27.245)
Saldos em 31/12/2017	229.970	(109.400)	120.570
Resultado do exercício	–	(8.709)	(8.709)
Saldos em 31/12/2018	229.970	(118.109)	111.861
Resultado de Arrendamento Mercantil de períodos anteriores	–	(3.703)	(3.703)
Resultado do exercício	–	811	811
Saldos em 31/12/2019	229.970	(121.001)	108.969
Reversão provisão reestruturação anos anteriores	–	6.621	6.621
Resultado do exercício	–	15.812	15.812
Saldos em 31/12/2020	229.970	(98.568)	131.402
Aumento de capital	6.500	–	6.500
Ajustes de exercícios anteriores	–	(118)	(118)
Resultado do exercício	–	10.348	10.348
Saldos em 31/12/2021	236.470	(88.339)	148.132

Fluxo de caixa das atividades operacionais			
	Nota	2021	2020
Resultado do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social		15.530	18.982
Ajustes:			
Depreciação e amortização	7 e 8	1.533	1.549
Baixa no valor residual do ativo imobilizado e intangível	7 e 8	136	188
Provisão para perdas prováveis na realização dos estoques		5	(54)
Benefícios de aposentadoria		(7)	(11)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4	(27)	(327)
Provisão (reversão) para riscos trabalhistas, tributários e civis	11	368	233
Reversão da provisão para bônus e participação nos resultados		(425)	270
Reversão da provisão reestruturação		–	6.621
Imposto Diferido		1	(3)
Juros e tributos sobre empréstimos com partes relacionadas	16	964	2.176
(Aumento) diminuição nas contas do ativo:			
Contas a receber de clientes	4	(3.264)	(561)
Partes relacionadas	18	(3.365)	9.357
Estoques	5	2.427	(8.213)
Tributos a recuperar	6	(163)	(2.026)
Despesas antecipadas		(32)	975
Outros ativos		–	56
Adiantamento a fornecedores		(1.225)	(548)
Imposto de renda diferido		11	(35)
Leasing IFRS16		31	10.213
(Aumento) diminuição nas contas do passivo:			
Fornecedores		4.673	(1.307)
Salários e encargos sociais		362	(594)
Tributos a recolher		(738)	1.241
Adiantamento de clientes		(29)	(86)
Partes relacionadas	18	(21.116)	(1.073)
Contas a pagar		–	(8.802)
Outros passivos		625	(905)
Leasing IFRS16		(35)	(12.887)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(12)	24
Caixa gerado pelas atividades operacionais		(3.829)	14.749
Imposto de renda e contribuição social pagos		(5.188)	(3.167)
Juros pagos sobre empréstimos com partes relacionadas	18	(2.755)	(2.131)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(11.772)	9.450

Fluxo de caixa das atividades de investimento			
	2021	2020	
Aquisições de bens do ativo imobilizado	7	(1.454)	(1.850)
Aquisições de intangíveis	8	–	–
Aporte de capital		6.500	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		5.046	(1.850)

Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos			
	2021	2020	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		13.192	5.593
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		6.467	13.192
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(6.725)	7.599	

As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados. b) Benefícios a funcionários – participação nos lucros e bônus. Uma conta passiva para benefícios de funcionários, na forma de plano de bônus, é reconhecida em “Salários e encargos”. Os valores a serem pagos são determinados antes da época de emissão das demonstrações financeiras e são definidos pela área de controladoria da Sociedade. A expectativa é de que as contas passivas de participação nos lucros e planos de bônus sejam liquidadas no final de março de cada ano. **2.15. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando atendidos os cinco passos do modelo de reconhecimento de receita do IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente e quando seu respectivo valor puder ser mensurado com segurança. O IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. O IFRS 15 substituiu o IAS 18 – Receitas, e interpretações relacionadas. De acordo com o IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle – em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo – requer julgamento. A Companhia adotou o IFRS 15 com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018 e não houveram impactos relevantes pela adoção para fins de divulgação. Venda de produtos. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que Sociedade efetua a entrega dos produtos para o cliente. A entrega não ocorre até que: (a) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o pedido de venda; e (b) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Sociedade tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.16. Operações descontinuadas:** As operações descontinuadas decorrentes de componentes que foram baixados ou classificados como mantido para venda são divulgadas nas demonstrações financeiras, separadas do restante das operações da Sociedade. Na demonstração do resultado as receitas e despesas de operações descontinuadas são apresentadas em uma única rubrica, “Resultado de operações descontinuadas”, líquidas dos efeitos de imposto de renda e contribuição social. Uma operação descontinuada é um componente de um negócio da Sociedade que compreende operações e fluxos de caixa que pode ser claramente distinguido do resto da Sociedade e que: • Representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações. • É parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações. • É uma controladora adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda. A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como descontinuada, as demonstrações de resultados e de resultados abrangentes comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo. **2.17. Estimativas e julgamentos contábeis:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Sociedade faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um

continua ...

Trelleborg Santana de Parnaíba Indústria e Comercio de Soluções em Polímeros Ltda.		Yield do US T-Bond 10 Anos- Bloomberg		2021 2020	
... continuação					
risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: a) Provisão para riscos cíveis, tributários, trabalhistas, previdenciários e outros: A provisão para riscos cíveis, tributários, trabalhistas e previdenciários é constituída para as causas cujas probabilidades de perda são avaliadas como prováveis pelos assessores legais e pela Administração da Sociedade, considerando a natureza dos processos e a experiência dos assessores legais e da Administração da Sociedade em causas semelhantes. Os assuntos classificados como obrigações legais encontram-se provisionados, independentemente do desfecho esperado de causas que os questionem. b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando o seguinte critério: provisão de 100% para os saldos de clientes com dívidas vencidas há mais de 90 dias e análise individual para clientes com saldos vencidos a menos de 90 dias. c) Provisão para perdas em estoques. A provisão para perdas no valor recuperável é calculada pelo preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. A provisão para obsolescência é contabilizada levando-se em conta parâmetros predefinidos que consideram o prazo de permanência dos itens em estoque. d) Teste de redução no valor recuperável. d.1) Goodwill - A Sociedade utilizou o método do fluxo de caixa descontado para testar o valor recuperável do ágio registrado, conforme mencionado na nota explicativa nº 11. A taxa de desconto foi projetada de acordo com a metodologia do WACC ("Weighted Average Cost of Capital"), de 14%. O valor recuperável do ágio é superior ao valor contábil em 31 de dezembro de 2021 portanto não é necessário registro de perda por redução no valor recuperável. d.2) Provisão para o valor recuperável do ICMS - A administração vem acompanhando o processo de Ecredac do ICMS, e considera como boas perspectivas para recuperação deste crédito no mercado brasileiro. Contudo até a data de 31 de dezembro de 2021, não foi possível mensurar possíveis reduções ao valor recuperável sobre a efetiva realização do ICMS para o período de curto e longo prazo. e) Benefícios a empregados: O valor atual de obrigações do plano de assistência médica depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais e utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os saldos das obrigações atuariais, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nas premissas utilizadas para o cálculo dessa obrigação afetará o valor contábil na data do balanço. 2.18. Covid 19: O Grupo Trelleborg manteve as iniciativas adotadas desde março de 2020 para assegurar a saúde e segurança de seus colaboradores, parceiros e clientes. Desde o início da Pandemia Covid-19 à data de apresentação dessas demonstrações financeiras, a administração optou por trabalhos a distância em "home office", e enviou esforços para que a estrutura, vendas, controles comerciais, linhas de negócios, receitas mantivessem intactos, apesar das dificuldades sobre a manutenção de boa parte do corpo administrativo e operacional das fabricas. Dentre as principais medidas de precauções tomadas pela Trelleborg foram: a) Implementação imediata de um conjunto de medidas abrangentes, além daqueles exigidos pelos órgãos de saúde pública para aplicação nas fábricas e escritório administrativo; b) Adoção de uma série de medidas para mitigar o risco de transmissão nos locais de trabalhos administrativos, como a recomendação de trabalhos em home office, criação de comitês de crise, cancelamentos de viagens nacionais e internacionais, assim como participação em eventos externos que contivessem aglomerações; c) Negociações recorrentes com fornecedores para evitar ou conter aumentos de preços de matérias primas e produtos. A pandemia da Covid-19 e suas consequências econômicas culminaram em decisões de abstenção de novos investimentos em expansão, protegendo assim a continuidade continua de nossos portfólios. O grupo reavaliou suas estimativas contábeis, conforme demonstradas a seguir: - Provisões para perdas de créditos - as cobranças foram intensificadas visando o recebimento de títulos em suas datas de vencimentos, e apesar do aumento significativo dos atrasos, a administração da Companhia, decidiu efetuar as provisões complementares para perdas de créditos de acordo com as especificações da IFRS 9 (Instrumentos Financeiros), segregando entre as estimativas de perdas para os próximos 12 meses e para vida toda, ou seja, sem perspectivas de recebimentos. A Administração envida esforços para que consiga efetuar o recebimento destes títulos em atrasos para o exercício de 2022. - ICMS a recuperar - Apesar de conter processos de Ecredac, não homologados pelo Estado de São Paulo, a administração da Companhia não efetuou provisões para perdas de créditos esperadas na realização desses impostos. - Cálculo de					
Impairment de Ativos e Goodwill - A administração contratou uma empresa especializada que efetuou os cálculos do valor justo dos ativos e recuperabilidade do Goodwill que concluiu-se a suficiência dos ativos e desta forma não houve a necessidade de baixas por impairment na data base de 31 de dezembro de 2021. De maneira geral, o grupo continuará ao longo do exercício de 2022, o seu constante monitoramento do mercado em busca de identificar uma eventual deterioração, especialmente decorrentes da pandemia da Covid-19, e mudanças relevantes na economia ou no mercado financeira podem acarretar aumento na percepção do risco de crédito sobre o contas a receber da Companhia, e desta forma, eventuais baixas ao resultado podem ser necessárias.					
3. Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e bancos (a)					
Aplicação financeira (b)					
Total					
(a) Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e são compostos do saldo de caixa e depósitos bancários à vista. (b) Representam valores aplicados em Certificados De Depósitos Bancários - CDB de liquidez imediata, remunerados a 98% sobre o Certificado de Depósito Interbancário - CDI.					
4. Contas a receber					
Contas a receber - mercado local					
Contas a receber - mercado externo					
Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa					
Total					
O saldo de contas a receber, por período de vencimento, está apresentado a seguir:					
A vencer					
Vencidas:					
Até 90 dias					
Entre 91 e 180 dias					
Acima de 365 dias					
Total					
A movimentação da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foi como segue:					
Saldo inicial					
Adições					
Reversões					
Saldo final					
5. Estoques					
Matérias-primas					
Produtos acabados					
Produtos em elaboração					
Materiais auxiliares					
Importações em andamento					
Revenda					
Provisão para perdas na realização dos estoques					
Total					
A movimentação das provisões para perdas nos estoques é apresentada a seguir:					
Saldo em 31 de dezembro de 2019					
Adição					
Saldo em 31 de dezembro de 2020					
Reversão					
Saldo em 31 de dezembro de 2021					
6. Impostos a Recuperar					
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS					
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS					
Programa de Integração Social - PIS					
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF					
Imposto de Renda e Contribuição Social - IRPJ e CSLL					
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS					
Outros					
Total					
Circulante					
Não circulante					
A Administração da Sociedade está em fase de avaliação da forma e prazo de compensação dos créditos tributários acumulados e, por isso, classificou parte dos tributos a recuperar para o ativo não circulante.					
7. Imobilizado					
Edificações e benfeitorias					
Máquinas e equipamentos					
Móveis e utensílios					
Equipamentos eletrônicos					
Imobilizações em andamento					
Adiantamento					
Total					
Em 31 de dezembro de 2020:					
Saldo inicial					
Aquisições					
Transferências					
Alienações/Baixas					
Depreciação					
Reversão das operações descontinuadas					
Saldo contábil, líquido					
Em 31 de dezembro de 2021:					
Saldo inicial					
Aquisições					
Transferências					
Alienações/Baixas					
Depreciação					
Reversão das operações descontinuadas					
Saldo contábil, líquido					
Em 31 de dezembro de 2021:					
Custo					
Depreciação acumulada					
Saldo contábil, líquido					
8. Intangível					
Softwares adquiridos em aquisição dos de negócio (*)					
Ágio pago em aquisição					
Total					
Em 31 de dezembro de 2020:					
Saldo inicial					
Aquisições					
Baixa					
Amortização					
Saldo contábil, líquido					
Em 31 de dezembro de 2020:					
Custo					
Amortização acumulada					
Saldo contábil, líquido					
Em 31 de dezembro de 2021:					
Saldo inicial					
Aquisições					
Baixa					
Amortização					
Saldo contábil, líquido					
Em 31 de dezembro de 2021:					
Custo					
Amortização acumulada					
Saldo contábil, líquido					
(*) O saldo de R\$57.824 refere-se ao ágio gerado por expectativa de rentabilidade futura da aquisição citado acima. Em 11 de setembro de 2012, a Sociedade adquiriu de 100% de participação da Sociedade Hetsione Indústria e Comércio de Blanquetas Ltda., assumindo naquela data o controle da Sociedade, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos foram mensurados pelos respectivos valores justos na data da aquisição, conforme determinado pelo pronunciamento técnico CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios. Em 1º de outubro de 2012, os cotistas da Trelleborg aprovaram a incorporação total da Hetsione Indústria e Comércio de Blanquetas Ltda. à Sociedade. 10.1. Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa conteúdo ágio: Para o propósito de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado às unidades operacionais do Grupo. As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável são a taxa de desconto dos fluxos de caixa, taxas de crescimento na perpetuidade e as taxas de crescimento do EBITDA. Os valores determinados para as premissas chaves representaram a avaliação da Administração às tendências futuras e foram baseados tanto em fontes externas como fontes internas (dados históricos). As premissas-chaves utilizadas estão demonstradas abaixo e refletem a média ponderada de todos os países de atuação:					
Cálculo da taxa de desconto:					
Taxa livre de risco - Rf					
Beta					
Retorno Esperado do Mercado Acionário (%)					
Risco Brasil - Z					
Prêmio pelo tamanho					
Inflação americana					
Inflação Brasileira					
Custo K Próprio Nominal = Ke					
Custo k Terceiros em %					
Taxa IRPJ/ CSLL					
Custo K Terceiros depois do imposto					
Valor Equity/Valor de Firma = E					
Divida Líquida/Valor de Firma = D					
WACC Nominal em R\$ 18,37%					
Cinco anos de fluxos de caixa foram incluídos no modelo de fluxo de caixa descontado. Uma taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada baseada na estimativa da administração da taxa anual composta de crescimento do EBITDA, a qual a administração acredita que está consistente com a premissa que um participante de mercado iria utilizar. O EBITDA projetado foi baseado nas expectativas de resultados futuros levando em consideração a experiência passada e expectativa de crescimento do mercado.					
9. Obrigações com Benefícios de Aposentadoria					
Obrigações registradas no balanço patrimonial com:					
Benefícios de planos de pensão e multa do FGTS (ativo)					
Benefícios de planos de pensão e multa do FGTS (passivo)					
Menos parcela não circulante					
Benefícios de planos de pensão: A Sociedade oferece a determinados empregados benefícios como seguro de vida, assistência médica e plano de aposentadoria. A contabilização desses benefícios obedece ao regime de competência e a concessão desses cessa ao término do vínculo empregatício. A Sociedade oferece aos seus empregados planos de previdência privada, na modalidade de contribuição definido, e assistência médica pós-aposentadoria. Em 31 de dezembro de 2021, o plano possuía 74 participantes ativos para plano de pensão (57 participantes em 2020). São contemplados os seguintes principais benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria postergada, aposentadoria por invalidez total, pré-aposentadoria por invalidez, pensão por morte e benefício diferido por desligamento. As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:					
Hipóteses econômicas:					
Taxa nominal para desconto da obrigação atuarial					
Taxa nominal de rendimento esperado dos ativos					
Crescimento salarial médio					
Taxa anual de inflação de longo prazo					
Hipótese demográfica:					
Tábua de mortalidade					
10. imposto de renda e contribuição social - a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social do exercício correspondem aos tributos calculados sobre o lucro tributável do ano, com base nas alíquotas em vigor, a seguir mencionadas: • Imposto de renda - calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. • Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade possui saldos de prejuízos fiscais e base negativa e diferenças temporárias que poderão ser compensados nos próximos exercícios, limitados a 30% do lucro tributável anual, sem prazo de prescrição, no montante de R\$ 78.295 (R\$82.254 em 31 de dezembro de 2019). Não foram constituídos créditos fiscais diferidos devido à incerteza na geração de lucros tributáveis futuros. A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:					
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social, incluindo operações descontinuadas					
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %					
Crédito de imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação					
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:					
Diferenças permanentes					
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças temporárias, não constituído					
Prejuízo/lucro fiscal não constituído					
Imposto recolhido a maior					
Total do crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social					
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social - corrente					
Despesa de imposto de renda e contribuição social - diferido					
11. Provisão para riscos - A Sociedade está sujeita a riscos ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas. Em bases periódicas, a Administração da Sociedade, com base na opinião de seus assessores legais, revisa os processos em que a Sociedade é parte em defesa e avalia a necessidade de provisão para riscos prováveis. A composição da provisão para riscos prováveis é conforme segue:					
Trabalhistas (a)					
Ambiental (b)					
Tributárias (c)					
Total					
(a) Refere-se às ações trabalhistas decorrente de pedido indenizatório por questionamento referente a vínculo empregatício. Nenhum processo tem valor significativo de forma individual. (b) Refere-se às despesas para remediação do solo do prédio localizado em Barueri. (c) Refere-se aos créditos tributários vinculados a estoques obsoletos e/ou de baixo giro, os quais serão					
estornados quando da destruição dos respectivos materiais. A movimentação da provisão para riscos é conforme segue:					
Saldo inicial					
Constituição de provisão:					
Tributárias					
Trabalhistas e previdenciários					
Reversão de provisão					
Saldo final					
A Sociedade possui ações de natureza trabalhista envolvendo riscos de perdas classificados pela administração em consonância com seus assessores legais, como perdas possíveis, para as quais não foram constituídas provisões. O valor informado pelos assessores legais relacionados a processos possíveis trabalhistas totalizam R\$ 82.957 em 31 de dezembro de 2021 (R\$3.572 em 31 de dezembro de 2020). 12. Patrimônio líquido - Capital subscrito: Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 236.469.671, totalmente subscrito e integralizado, está dividido em 236.469.671 cotas com valor nominal de R\$ 1,00 real cada uma, distribuídas da seguinte forma:					
Quantidade de quotas 2021					
Quantidade de quotas 2020					
Printing Solutions Sweden Holding AB					
Em 11 de Novembro de 2021 foi registrada a 30ª alteração do contrato social devido aumento de capital no valor de R\$ 6.500.000,00. - Registro Juceesp 516.798/21-2					
13. Receita líquida de vendas					
Vendas brutas de produtos:					
Mercado interno					
Mercado externo					
Impostos e outras deduções sobre vendas					
Receita líquida					
14. Custos e Despesas por Natureza					
Custos com materiais aplicados					
Custos gerais de fabricação					
Salários, benefícios e encargos sociais					
Aluguel					
Consultoria, auditoria e serviços prestados					
Informática e manutenção					
Fretes					
Viagens					
Depreciação e amortização					
Locação de veículos					
Locação Máquinas e equipamentos					
Constituição da provisão para riscos					
Perdas com crédito de liquidação duvidosa					
Impostos e taxas					
Outros custos e despesas					
Total					
Composição:					
Custos das vendas					
Despesas com vendas					
Despesas administrativas					
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas					
Total					
15. Resultado financeiro					
Despesa financeira:					
Juros sobre empréstimos de partes relacionadas					
Tarifas bancárias impostos sobre operações de câmbio					
Outras despesas financeiras					
Total das despesas financeiras					
Receita financeira:					
Rendimentos sobre aplicações financeiras					
Outras receitas					
Total das receitas financeira					
Variações monetárias e cambiais, líquidas					
Resultado financeiro					
16. Operações Descontinuadas - Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Sociedade descontinuou todo seu segmento de mangueiras marítimas e industriais, e decidiu manter somente a operação de blanquetas. A demonstração do resultado do exercício comparativo está sendo apresentada considerando a operação descontinuada separadamente das operações continuadas. Resultado líquido das operações descontinuadas					
Receita de vendas					
Resultado bruto					
Despesas administrativas, comerciais e outras					
Prejuízo operacional					
Resultado financeiro (substancialmente, juros sobre empréstimos entre partes relacionadas)					
Prejuízo antes do imposto de renda e da CSLL					
Resultado do exercício					
17. Transação com partes relacionadas - A Sociedade mantém relações e transações em montantes significativos com sua controladora e outras partes relacionadas. Essas transações com partes relacionadas referem-se, principalmente, à empréstimos para capital de giro e à compra de serviços e materiais. Os saldos decorrentes dessas operações estão sujeitos à variação cambial do dólar norte-americano e do euro, com exceção dos empréstimos de parte relacionada, mantido em reais.					
a) Balanço patrimonial					
Contas a receber:					
Ativo circulante					
Trelleborg Coated System Italy SPA					
Trelleborg Coated Systems US, Inc.					
Trelleborg Coated Systems Shanghai					
Trelleborg do Brasil Ltda.					
Trelleborg Industrie SAS					
Standard Tyres Industria e Comércio					
Total das contas a receber de partes relacionadas					
Contas a pagar:					
Passivo circulante					
Trelleborg Coated Systems Italy S.P.A.					
Trelleborg Industrie SAS					
Trelleborg Coated Systems US, Inc.					
Trelleborg Printing Solutions SAVA, d.o.o.					
Trelleborg AB (Publ)					
Total das contas a pagar a partes relacionadas					
Empréstimos:					
Trelleborg Treasury AB (d)					
Total dos empréstimos a pagar a partes relacionadas					
b) Vendas de produtos					
Trelleborg Coated System US, Inc.					
Trelleborg Coated System Italy SPA					
Trelleborg Coated System (Shanghai) Co. Ltd.					
Trelleborg Sealing Solutions Japan K.K.					
Printing B					
Total					

... continuação

		Trelleborg Santana de Parnaíba Indústria e Comercio de Soluções em Polímeros Ltda.						
		2021		2020				
		Moeda estrangeira	Reais	Moeda estrangeira	Reais			
c) Compras de serviços e materiais								
Trelleborg Coated Systems Italy SPA		3.801	4.439					
Trelleborg AB								
Trelleborg Coated System France SAS								
Trelleborg Coated Systems US, Inc.		131	625					
Trelleborg do Brasil Ltda		4						
Trelleborg Santana de Parnaíba Ind. e Com. Soluções em polímeros		6	8					
Trelleborg Printing Solutions Sava, d.o.o.		1.289	538					
Trelleborg Sealing Solutions Japan K.K.			28					
Total		5.230	5.638					
Os saldos de contas a receber e o contas a pagar, são compras e vendas de itens de estoque e prestação de serviços, as condições comerciais são estabelecidas por meio de acordos entre as partes. As contas a receber e a pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros, tampouco são mantidas provisões de perdas para contas a receber de partes relacionadas. d) Empréstimos de parte relacionada: A movimentação do saldo de empréstimo de parte relacionada está demonstrada a seguir:								
		2021	2020					
Em 1º de janeiro de 2020		24.290	24.245					
Juros incorridos		964	2.176					
Adições			23.887					
Pagamento de juros		(2.755)	(2.131)					
Pagamento de principal		(22.500)	(23.887)					
Em 31 de dezembro de 2021			24.290					
e) Remuneração do pessoal-chave da Administração: O pessoal-chave da administração inclui os diretores financeiro e de operações. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por serviços de empregados, está apresentada a seguir: 18. Gestão de risco financeiro – 18.1. Fatores de risco financeiro: As atividades da Sociedade expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Sociedade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Sociedade. A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Sociedade. a) Risco de mercado. Risco cambial: A Sociedade está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos e ao Euro. O risco cambial decorre de ativos e passivos reconhecidos em operações no exterior. O risco cambial ocorre quando operações de ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Sociedade possuía ativos e passivos denominados em dólar norte-americano, euro, coroa sueca e libra esterlina, nos montantes descritos a seguir, não existindo nenhum instrumento para proteger essa exposição nessas datas:								
		2021	2020					
Ativo circulante:								
Clientes e partes relacionadas – em US\$		1.361	3.240	7.592	3.240			
Clientes e partes relacionadas – em €			1	98	626			
Clientes e partes relacionadas – em CNY		604	290	711	449			
Passivo circulante:								
Fornecedores e partes relacionadas – em US\$		160	797	196	1.023			
Fornecedores e partes relacionadas – em €		225	1.421		2			
Fornecedores e partes relacionadas – em SEK								
Exposição líquida US\$		1.201	6.795	609	2.217			
Exposição líquida €		(225)	(1.420)	98	624			
Exposição líquida SEK								
Exposição líquida CNY		604	390	711	449			
b) Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a cliente, incluindo contas a receber em aberto. A Administração da Sociedade está ciente quanto ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. O acompanhamento dos prazos de recebimento dos títulos é um dos procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. b) Risco de liquidez: É o risco de a Sociedade não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Tesouraria. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Sociedade para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa mantido pela Sociedade é administrado pela Tesouraria. A Tesouraria investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a Sociedade recebeu aporte de capital e empréstimo contraído junto a seus cotistas, com o objetivo de fortalecer o seu capital de giro para financiar as suas operações, bem como efetuar a aquisição de 100% de participa-								
ção na Sociedade Hetisone Indústria e Comércio de Blanquetas Ltda. junto ao grupo Day Brasil S.A. A Administração da Sociedade conta com o suporte de seus cotistas, quando necessário, para efetuar as suas operações de investimento e/ou fortalecer seu capital de giro operacional, se necessário. Todos os passivos financeiros não derivativos da Sociedade possuem prazo de vencimento inferior a um ano, desde o período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. 18.2. Gestão de capital: Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Sociedade, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os quotistas têm de aprovar, rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos quotistas ou, ainda, emitir novas quotas ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Sociedade monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. Desde 2012, com o progresso das atividades operacionais da Sociedade e consequente necessidade de capital de giro, a estratégia adotada pela administração foi a de obter recursos junto às partes relacionadas, passando então a ser alavancada, conforme segue:								
		2021	2020					
Total dos empréstimos com partes relacionadas (nota 17)			–	24.290				
Menos: caixa e equivalentes de caixa (nota 6)		(6.468)	(13.192)	(6.468)	(11.098)			
Dívida líquida				148.132	131.402			
Total do patrimônio líquido					8%			
Índice de alavancagem financeira								
19. Instrumentos financeiros por categoria								
		2021	2020					
Ativos:								
Caixa e equivalentes de caixa		6.467	13.192					
Contas a receber de clientes		13.095	9.803					
Partes relacionadas		7.983	4.619					
Total		27.545	27.614					
Outros								
Passivos								
		2021	2020					
Arrendamento Mercantil				75	110			
Fornecedores				9.686	5.013			
Partes relacionadas				2.218	25.125			
Outros passivos				1.021	396			
Total				12.999	30.644			
20. Direito de uso e Arrendamentos direito de uso de Ativos								
		01.01.2021			31.12.2021			
		Custo	Adi-ção	Rea-juste	Tér-mino	De-pre-ciação acumu-lada	IR Dife-rido	Líquido
Locação de veículos		104	23	65	(119)		73	
		104	23	65	(119)		73	
Arrendamento Mercantil								
		01.01.2021					31.12.2021	
		Custo	Adi-ção	Rea-juste	Tér-mino	De-pre-ciação acumu-lada	IR Dife-rido	Líquido
Locação de veículos		110	22	65	(122)		75	
		110	22	65	(122)		75	
Os arrendamentos mercantis provisionados em 31 de dezembro de 2021 possuem vencimentos entre 06 de agosto de 2021 a 18 de novembro de 2023, com prazos de vida útil em média 3 anos. 21. Seguros (Não auditados) A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2021, com base nos contratos vigentes, os limites máximos de indenização contratados pelo grupo) apresentam a seguinte composição:								
						Bens segurados	Cobertura do seguro	
Riscos cobertos								
Incêndio, raio, explosão, danos elétricos, vendaval a fumaça e lucros cessantes						Patrimônio e estoques	111.119	
Diretoria								
Renato dos Santos								
Michele Ferreira – Contadora CRC 1SP 155.381/O-2								

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores da **Trelleborg Santana de Parnaíba Indústria e Comercio de Soluções em Polímeros Ltda.** Santana de Parnaíba – São Paulo

Opinião com ressalvas: Examinamos as demonstrações financeiras da **Trelleborg Santana de Parnaíba Indústria e Comercio de Soluções em Polímeros Ltda.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo “Base para Opinião com Ressalvas”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Trelleborg Santana de Parnaíba Indústria e Comercio de Soluções em Polímeros Ltda.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras:** **Créditos tributários de difícil realização** – Conforme descrito na nota explicativa nº 6, a Companhia apresentou o montante de créditos de Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – “ICMS” no montante de R\$ 27.281 mil (R\$ 21.768 mil em 31 de dezembro de 2020). Para os referidos créditos, a Companhia entrou com um processo por meio do E-Credac (Sistema Eletrônico de Gerenciamento do Crédito Acumulado), que visa a recuperabilidade do ICMS junto ao Estado de São Paulo, com o objetivo de utilizar os créditos para compensação futura, para pagamentos de títulos de fornecedores ou repasses para liquidação de dívidas com terceiros. Em face às incertezas relacionadas as realizações destes créditos de ICMS, não foi possível mensurar com segurança os efeitos de ajustes ao valor recuperável e redução do ativo, do resultado do exercício e ao patrimô-

nio líquido em 31 de dezembro de 2021. **Impostos diferidos sobre créditos de prejuízos fiscais não contabilizados** – Conforme descrito na nota explicativa nº 10, a Companhia apresentou prejuízos fiscais acumulados no valor de R\$ 71.067 mil. De acordo com o pronunciamento técnico contábil CPC 32 (Tributos sobre o Lucro), um ativo fiscal diferido deve ser reconhecido para o registro de prejuízos fiscais não utilizados e créditos fiscais não utilizados na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros. A companhia apresentou os estudos de recuperação de ativos apurados em cálculos de Impairment e foi apurado o crédito tributário diferido no valor montante de R\$ 16.621 mil referente aos créditos diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social que podem ser utilizados em períodos estimados de 5 anos, não obstante da provisão destes créditos diferidos em 31 de dezembro de 2021. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras não contemplam os efeitos aos ajustes contábeis do referido crédito tributário. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato

de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 30 de março de 2022.

Newton Klaiton dos Anjos Menciaucis
Contador CRC 1SP-221.286/O-1

RSM Acal Auditores Independentes S.S.
CRC RJ 004.080/O-9

		Enforce Gestão de Ativos S.A.				
		CNPJ/MF nº 25.370.971/0001-54				
		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)				
		2021		2020		
		Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucro (prejuízos) acumulados	Total
Balanco Patrimonial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)						
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa		30.037	12.914			
Clientes		5.612	5.292			
Despesas reembolsáveis		2.227	4.358			
Clientes – Partes relacionadas		2.382	21.970			
Despesas reembolsáveis – Partes relacionadas		5.222	4.579			
Impostos a recuperar		103	1.230			
Outros créditos		1.104	457			
		46.687	50.800			
Não circulante						
Mútuo a receber – Partes relacionadas		–	1.022			
Impostos a recuperar		1.312	369			
Outros créditos		63	37			
Investimento		754	398			
Imobilizado		3.958	1.668			
Intangível		3.538	3.586			
		9.625	7.080			
Total do ativo		56.312	57.880			
Passivo						
Circulante						
Fornecedores		565	440			
Obrigações com partes relacionadas		3.278	5.342			
Dividendos a pagar		2.008	2.008			
Obrigações tributárias		1.958	6.421			
Obrigações sociais e trabalhistas		22.759	16.640			
Outras contas a pagar		1.275	354			
		31.843	31.205			
Não circulante						
Provisões para demandas judiciais		118	118			
Impostos diferidos		860	–			
Outras contas a pagar		1.528	537			
		2.506	655			
Patrimônio líquido						
Capital social		1.171	1.171			
Reserva de capital		18.827	18.827			
Reserva de lucros		1.965	6.022			
		21.963	26.020			
Total do passivo e patrimônio líquido		56.312	57.880			
Demonstração do Resultado Abrangente Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)						
		2021	2020			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(4.057)	15.406			
Resultado abrangente do exercício		(4.057)	15.406			
Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)						
		2021	2020			
Fluxos de caixa das atividades operacionais						
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(4.057)	15.406			
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais						
Depreciação e amortização		1.890	1.683			
Provisões para demandas judiciais		–	118			
Baixa de imobilizado		1.214	–			
Equivalência patrimonial		(67)	2			
		(1.024)	17.209			
Varições nos ativos e passivos						
Clientes e despesas reembolsáveis		1.811	(8.186)			
Impostos a recuperar		1.127	(2.175)			
Transações com partes relacionadas		17.903	(19.440)			
Outros créditos		(1.616)	(562)			
Fornecedores		125	(573)			
Obrigações tributárias		3.908	9.218			
Obrigações sociais e trabalhistas		6.119	4.561			
Outras contas a pagar		2.772	477			
Imposto de renda e contribuição social pagos		(8.371)	(3.551)			
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		22.754	(3.022)			
Fluxo de caixa das atividades de investimento						
Aquisição de imobilizado e intangível		(5.342)	(1.044)			
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(5.342)	(1.044)			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento						
Juros sobre o capital próprio		–	(290)			
Aumento de capital social em controlada		(289)	(400)			
		(578)	(690)			
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		17.123	(4.756)			
Demonstração do Resultado Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)						
		2021	2020			
Receita líquida de serviços prestados		65.460	69.824			
Custo dos serviços prestados		(48.399)	(31.777)			
Lucro bruto		17.061	38.047			
Receitas (despesas) operacionais						
Despesas gerais e administrativas		(14.384)	(13.970)			</

Negócios

Google é condenado a indenizar político australiano por vídeos difamatórios no YouTube



Um tribunal da Austrália ordenou na segunda-feira que o Google pague a um ex-parlamentar do país 715 mil dólares australianos (515 mil dólares), dizendo que a recusa da empresa em remover vídeos “racistas, difamatórios, abusivos e difamatórios” produzidos por um youtuber o afastou da política.

O Tribunal Federal considerou que a Alphabet, dona do Google, ganhou dinheiro intencionalmente ao hospedar dois vídeos no YouTube que atacam o então vice-premiê de Nova Gales do Sul, o Estado mais populoso da Austrália, que foram vistos quase 800 mil vezes desde que foram publicados em 2020.

O julgamento mostrou

que o Google negou que os vídeos carregassem imputações difamatórias e disse que o youtuber tinha direito a uma opinião honesta e deveria ser protegido pelo direito de criticar um político.

Um porta-voz do Google não estava disponível para comentar.

“Eles (o Google) foram avisados de que esses vídeos difamatórios estavam lá, eles analisaram, decidiram por si mesmos que não estavam e os deixaram de lado”, disse o professor David Rolph, especialista em lei de mídia da Escola de Direito da Universidade de Sydney.

“Essa é uma aplicação ortodoxa dos princípios básicos de publicação da lei de difamação, mas deixa a questão maior sobre se precisamos

reformá-la.”

DISCURSO DE ÓDIO:

O tribunal ouviu que o criador de conteúdo Jordan Shanks enviou vídeos nos quais ele repetidamente rotula o parlamentar John Barilaro de “corrupto” sem citar evidências confiáveis, e o chama de nomes que atacam sua herança italiana que o juiz, Steve Rares, disse ser “nada menos do que discurso de ódio”.

Ao continuar a permitir a publicação do conteúdo, Rares disse que o Google violou suas próprias políticas destinadas a proteger figuras públicas de serem alvos injustamente e “expulsou Barilaro prematuramente de seu serviço escolhido na vida pública e o traumatizou significativamente”.

China deve encerrar investigação de segurança digital e liberar aplicativos da Didi, diz jornal

Os reguladores chineses estão concluindo as investigações de segurança digital sobre a gigante de transporte urbano Didi Global e outras duas empresas e preparam-se para permitir a volta de seus aplicativos às lojas online do país já nesta semana, informou o Wall Street Journal (WSJ) nesta segunda-feira.

A reportagem, que cita pessoas não identificadas com conhecimento do assunto, é o mais recente sinal para os investidores de que as promessas oficiais da China de relaxamento da pressão sobre o setor de internet podem estar ganhando tração.

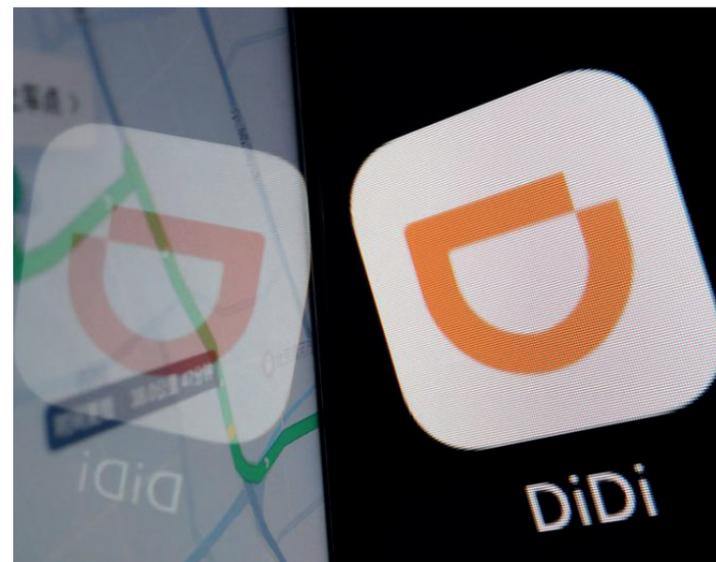
As ações da Didi nos Estados Unidos subiram 50%,

para 2,78 dólares, no pré-mercado, com investidores tendo que cobrir posições vendidas, enquanto o índice de tecnologia Hang Seng avançou 4,6% em Hong Kong.

A Didi não respondeu imediatamente aos pedidos de comentários da Reuters. A Administração do Ciberespaço da China (CAC) não estava imediatamente disponível para comentários.

Além da Didi, os reguladores também planejam permitir que aplicativos da plataforma de logística Full Truck Alliance e da empresa de serviços de recrutamento online Kanzhun voltem às lojas online nesta semana, disse o jornal.

Reuters



Solid Power quer enviar primeiras amostras de bateria de estado sólido para BMW, Ford neste ano



A Solid Power, desenvolvedora de baterias em estado sólido para veículos elétricos, pretende começar até o final do ano a entrega de células pré-produção para testes à BMW e Ford, disse a empresa.

Doug Campbell, presidente-executivo e cofundador da Solid Power, afirmou em entrevista que a companhia montou uma linha de produção piloto para fornecer amostras de avaliação às montadoras, enquanto procura um parceiro para iniciar a fabricação das células em 2026.

Um parceiro em potencial, disse ele, é a sul-coreana SK Innovation, que está construindo fábricas de baterias através da joint-venture com a Ford nos estados norte-americanos do Tennessee e

Kentucky.

Como a maioria dessas empresas, a célula de bateria da Solid Power possui um eletrólito em estado sólido à base de sulfeto, o meio através do qual os íons de lítio fluem entre os eletrodos positivos e negativos durante o carregamento e descarregamento.

As células de bateria com eletrólitos de estado sólido têm um risco significativamente menor de pegar fogo por curtos internos do que aquelas com eletrólitos líquidos.

Além disso, Campbell disse que as células da Solid Power, que atualmente usam ânodos ricos em silício e cátodos de níquel-cobalto-manganês, têm o potencial de reter mais energia – propiciando aos veículos rodar mais quilômetros – e custam

menos do que as baterias convencionais de íons de lítio.

Campbell disse que a Solid Power tem capacidade de produção piloto suficiente para fornecer protótipos de células de bateria para outros fabricantes de veículos, mas não deu detalhes específicos.

A empresa, que abriu capital por meio de uma fusão reversa em 2021, atraiu investimentos iniciais de Hyundai e Samsung, além de Ford e BMW.

Campbell reconhece a intensa competição no desenvolvimento de baterias de estado sólido entre grupos como Toyota, Panasonic, Samsung, LG Energy Solution, Hyundai e CATL. “Estamos em um espaço entre bastantes competidores muito proeminentes e confiáveis”, disse ele.

Reuters